

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES  
DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO E CULTURA

NICOLE BONASSI DE OLIVEIRA

**A Representação da Informação Iconográfica no Acervo do Departamento do  
Patrimônio Histórico de São Paulo: uma proposta de organização**

São Paulo  
2025

NICOLE BONASSI DE OLIVEIRA

**A Representação da Informação Iconográfica no Acervo do Departamento do  
Patrimônio Histórico de São Paulo: uma proposta de organização**

Trabalho de conclusão de curso de graduação  
em Biblioteconomia e Ciência da Informação,  
apresentado ao Departamento de Informação e  
Cultura.

Orientação: Profa. Dra. Giovana Deliberali  
Maimone

São Paulo  
2025

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo  
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

---

Oliveira , Nicole Bonassi de  
A Representação da Informação Iconográfica no Acervo  
do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo: uma  
proposta de organização / Nicole Bonassi de Oliveira ;  
orientadora, Giovana Deliberali Maimone. - São Paulo,  
2025.  
71 p.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Departamento de Informação e Cultura / Escola de  
Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.  
Bibliografia

1. Representação da informação. 2. Departamento do  
Patrimônio Histórico. 3. Documentação iconográfica . I.  
Deliberali Maimone, Giovana. II. Título.

CDD 21.ed. - 020

---

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

Nome: Oliveira, Nicole Bonassi de.

Título: A Representação da Informação Iconográfica no Acervo do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo: uma proposta de organização

Aprovado em: **03/07/2025**

Banca examinadora:

---

Profa. Dra. Giovana Deliberali Maimone

Universidade de São Paulo

---

Profa. Dra. Cibele Araujo Camargo Marques dos Santos

Universidade de São Paulo

---

Profa. Dra. Vânia Mara Alves Lima

Universidade de São Paulo

À minha vovó Lúcia (*in memoriam*), que me deixou a melhor herança que eu poderia ter: educação e o amor pelo conhecimento.

## RESUMO

A maioria das fotografias e negativos que registraram o desenvolvimento arquitetônico e urbanístico de São Paulo compõem o acervo do Departamento do Patrimônio Histórico da cidade. No entanto, devido à antiguidade do acervo e à descontinuidade na salvaguarda da documentação, grande parte do material iconográfico carece de organização definitiva. Como objetivo, este trabalho propõe um modelo de representação da informação iconográfica específico para esse acervo, considerando suas características e fundamentando-se na literatura existente. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com levantamento bibliográfico em bases de dados e análise documental *in loco*. O modelo desenvolvido baseia-se na elaboração de resumo e na atribuição de palavras-chave que englobam o contexto fotográfico e termos arquitetônicos, promovendo padronização terminológica e facilitando a recuperação da informação pelos usuários.

**Palavras-chave:** Representação da informação; Departamento do Patrimônio Histórico; Documentação iconográfica.

## ABSTRACT

Many of the photographs and negatives that recorded the architectural and urban development of São Paulo are part of the collection of the city's Historical Heritage Department. However, due to the age of the collection and the discontinuity in the safeguarding of the documentation, much of the iconographic material lacks definitive organization. As an objective, this work proposes a model for representing iconographic information specific to this collection, considering its characteristics and based on the existing literature. The research adopts a qualitative approach, of an exploratory and descriptive nature, with bibliographic survey in databases and documentary analysis in loco. The model developed is based on the preparation of a summary and the assignment of keywords that encompass the photographic context and architectural terms, promoting terminological standardization and facilitating the retrieval of information by users.

**Keywords:** Representation of information; Department of Historical Heritage; Iconographic documentation.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	8
1.1 Objetivos .....	9
1.2 Metodologia .....	9
1.3 Justificativa .....	10
<b>2 O DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO (DPH) .....</b>	13
2.1 O Núcleo de Gestão Documental .....	24
2.2 A Organização do Acervo Iconográfico .....	28
<b>3 A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO .....</b>	34
3.1 A Representação da Informação Iconográfica .....	38
3.2 Análise do Manual para Indexação de Documentos Fotográficos da Fundação Biblioteca Nacional.....	41
3.3 Análise da metodologia de Erwin Panofsky .....	45
3.4 Análise da metodologia de Johanna Smith .....	47
3.5 Análise da metodologia de Nair Kobashi .....	49
<b>4 PROPOSTA DE MODELO DE REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO ICONOGRÁFICA .....</b>	51
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	64
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	67

## 1 INTRODUÇÃO

Os saberes e conhecimentos humanos sempre foram passados de geração em geração, como ocorreu com a descoberta do fogo, da agricultura, na produção de artefatos de caça e com as pinturas rupestres. No entanto, por muitos anos não houve uma preocupação em se preservar essas peças físicas e demais conhecimentos não palpáveis gerados pela humanidade, resultando na perda da história e na não preservação do patrimônio de diversas comunidades.

No Brasil, por exemplo, a conscientização sobre o patrimônio e a sua importância na narrativa da história do povo não é um assunto recorrente, embora tenha sido levantado ainda no século XVIII. Segundo Lemos (2006), o português Conde de Galveias, em 5 de abril de 1742, escreveu uma carta a Luís Pereira Freire de Andrade, o governador de Pernambuco, lamentando que o Palácio das Duas Torres, construído pelo Conde de Nassau, foi transformado em um quartel de tropas locais, representando uma significativa perda sobre tal obra holandesa, que era um troféu de guerra do povo brasileiro em formação, além de que, com as mudanças, aquela memória seria perdida ao longo do tempo.

Essa manifestação do Conde de Galveias, ainda no século XVIII, mostra-se como uma das primeiras preocupações com o patrimônio histórico e cultural no Brasil, de acordo com Lemos (2006). Séculos mais tarde, no cenário pós-guerra, em que intelectuais perceberam que na Europa muitas instituições culturais e edifícios históricos foram arruinados devido aos combates, surge uma preocupação no Brasil em salvaguardar a memória edificada, resultando nos projetos pioneiros de tombamentos, promovidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Em São Paulo o cenário não era diferente, uma vez que somavam-se dois nichos: as preocupações com as mudanças rápidas pelas quais a cidade passava, pois poderia significar a perda do patrimônio arquitetônico, com o contexto cultural efervescente, em que o Modernismo buscava se expressar e contagiar a todos com a riqueza da arte brasileira, do dia a dia do povo brasileiro e a sua apropriação pelo espaço.

Assim, as atividades de salvaguarda realizadas ao patrimônio arquitetônico em São Paulo — descritas nos próximos capítulos — resultaram em massas documentais, em que boa parte se encontra no acervo do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH). Com um número elevado de fotografias, negativos e ampliações, essa documentação encontra-se sem

uma organização definitiva e completa, prejudicando as pesquisas que visam retomar o histórico da cidade e a sua compreensão ampla, principalmente através da visualização das imagens da época.

### 1.1 Objetivos

Haja vista que a documentação fotográfica do acervo do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo (DPH) necessita de nova representação, esse trabalho visa, como objetivo principal, propor um modelo de representação da informação iconográfica específico para o acervo de negativos e fotografias do DPH, entendendo as suas características particulares com o apoio da literatura existente.

Para isso, alguns objetivos específicos foram traçados e auxiliam no desenvolvimento deste trabalho, como a descrição do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa de São Paulo (DPH), a descrição do Núcleo de Gestão Documental (NGD), a análise da atual representação da informação iconográfica, se existente, os conceitos que definem a Representação da Informação e a análise sobre algumas metodologias de representação da informação iconográfica.

### 1.2 Metodologia

Para alcançar o objetivo geral de proposição de um modelo de representação da informação iconográfica para o acervo do Núcleo de Gestão Documental do Departamento do Patrimônio Histórico (NGD/DPH), esta pesquisa utilizou de metodologia qualitativa de caráter exploratório e descritivo, realizando levantamentos bibliográficos nas seguintes bases de dados: BRAPCI, SCIELO e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Termos de busca como “representação”, “representação da informação”, “representação iconográfica”, “análise fotográfica” e “análise iconográfica” foram utilizados em buscas simples para recuperar referências relacionadas ao tema da pesquisa.

Neste sentido, alguns títulos que tratam de metodologias de representação da informação, como o *Manual para Indexação de Documentos Iconográficos da Biblioteca Nacional* (Alves; Valério, 1988), *Análise documentária de fotografias: um referencial de leitura de imagens fotográficas para fins documentários* (Manini, 2002), *A Representação da Imagem* (Smit, 1996), *Resumos documentários: uma proposta metodológica* (Kobashi, 1997)

e *Representação temática de imagens: perspectivas metodológicas* (Maimone; Gracioso, 2007) são referenciais básicos e essenciais para a produção do modelo de representação iconográfica do acervo do Núcleo de Gestão Documental (NGD). Autores e autoras como Philippe Dubois, Erwin Panofsky, Sara Shatford e Johanna Smit também estão amplamente citados e referenciados.

Há também a pesquisa documental realizada *in loco*, em que documentos produzidos pelo DPH ao longo dos anos foram consultados e serviram de base para a realização desta pesquisa. Os documentos foram consultados digitalmente no sistema interno de arquivos do DPH e com autorização prévia das gestoras do NGD. Ainda assim, para complementar o cenário metodológico deste trabalho, duas bibliotecárias responsáveis pelo acervo do NGD auxiliaram respondendo algumas questões informalmente que permitiram montar a metodologia com base nas percepções de ambas, além das extraídas da pesquisa documental realizada no DPH.

Ademais, para esse trabalho foram consideradas como documentação iconográfica apenas os negativos e fotografias físicas do acervo, dado que estas estão armazenadas localmente no NGD e já são recuperadas por meios eletrônicos. De maneira ampla, foram analisadas fotografias de diversos períodos, como as provenientes do final do século XIX e anos 1980, 1990 e início dos anos 2000, para que o cenário geral do acervo fosse contemplado, uma vez que iniciar a organização da representação pelos documentos fotográficos mostra-se como um ponto de partida para a representação das demais tipologias documentais do acervo, colaborando com as expectativas organizacionais das bibliotecárias. O modelo é referente à cidade de São Paulo, mas pode servir de inspiração para outros acervos de metrópoles brasileiras.

### 1.3 Justificativa

Propor um modelo de representação da informação iconográfica para o acervo do Núcleo de Gestão Documental do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo (NGD/DPH) se faz necessário, em primeiro lugar, pelo simbolismo que o acervo carrega, pois como será exibido mais adiante, o acervo iconográfico guarda consigo fotografias e negativos que representam uma época de ascensão da cidade de São Paulo, com diversas modificações econômicas, sociais e culturais, que foram o início da formação da metrópole existente nos dias atuais.

Isto é, o próprio DPH pode ser considerado um patrimônio da cidade de São Paulo, e merece que o seu rico acervo iconográfico seja representado e recuperado de forma objetiva. Além disso, em 2025 o DPH completa 50 anos de existência, e mesmo com meio século de vida, muitos municípios ainda não conhecem sua história, função social ou o acervo, reforçando mais uma vez a necessidade de haver mais visibilidade para este órgão e seus serviços.

Para o seu público interno, composto majoritariamente de arquitetos, o acervo do NGD/DPH se faz de extrema importância e compõe as atividades diárias dos demais núcleos que o integram. As fotografias, por exemplo, são sempre requisitadas para compor o marketing e as publicações nas redes sociais do departamento, principalmente em datas comemorativas, que atraem a atenção do público e incentivam o uso do espaço.

As demandas são de pesquisadores internos (técnicos do DPH e funcionários da prefeitura) e externos (estudantes, mestrandos, doutorandos e escritórios de arquitetura), que solicitam informações complexas, que exigem pesquisas mais elaboradas. Inclusive, parte do material consultado é do acervo do Arquivo e da Biblioteca do próprio DPH. São pesquisas que exigem tempo, agilidade na busca e na resposta, além de atendimento por equipe qualificada, garantindo assim a confiabilidade da informação (Pavan; Mussupapo; Silva, 2021, p. 266).

Aumentar a agilidade na busca, que atualmente é feita de maneira manual, em planilha e seguindo termos e metadados que são de conhecimento apenas das bibliotecárias gestoras, assim como melhorar a recuperação das informações e torná-las mais ágeis, são objetivos do NGD/DPH. Assim, a proposição de um modelo atualizado de representação da informação iconográfica se torna importante, pois poderá seguir tendências tecnológicas, facilitando a recuperação dos documentos e contribuindo também para o desenvolvimento da pesquisa na área da Representação da Informação.

Frente ao significado histórico e documental da produção fotográfica e diante das perspectivas de atuação nos âmbitos da salvaguarda e comunicação [...], é importante que se criem, institucionalmente, as condições necessárias para que a documentação fotográfica passe a ser concretamente atividade de caráter sistemático, o que inclui a implementação de mecanismos de articulação entre as várias unidades envolvidas no trabalho com as imagens [...] (Alves; Daltério, 2006, p. 110).

A equipe do NGD concorda com a produção de uma representação nova para o seu acervo iconográfico e julga a temática de pesquisa pertinente. Com isso, a busca pela documentação e referências foi facilitada e torna a produção da pesquisa possível e

enriquecida. Do ponto de vista pessoal, a autora deste trabalho considera a área da Representação da Informação – em especial, a iconográfica – relevante e crescente, principalmente quando esta é somada às questões patrimoniais, campo que deve ser trabalhado com dedicação por parte dos profissionais da informação.

## 2 O DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO (DPH)

São Paulo é uma cidade que pulsa em constante movimento. A agitação da metrópole, reconhecida por todos que caminham em suas ruas e utilizam o transporte público diariamente, não é algo exclusivo do século XXI, uma vez que a cidade já passou por diversas transformações para se tornar a São Paulo que se conhece hoje. Os âmbitos social, político, econômico, habitacional e geográfico se desenvolveram ao longo de décadas de maneira promissora, da mesma maneira em que ocorreu com o âmbito cultural, que foi capaz de deixar São Paulo registrada na história, dado, por exemplo, a Semana de Arte Moderna de 1922 e grandes nomes que a acompanharam, como Tarsila do Amaral, Anita Malfatti, Oswald de Andrade e Mário de Andrade.

Toda a efervescência cultural que ocorria em São Paulo na primeira metade do século XX culminou na conscientização sobre a cultura brasileira e a sua apropriação por parte do povo (Gomes, 2008), isto é, tornou-se claro entre os intelectuais que atuavam nos movimentos modernistas que a população deveria acessar mais a cultura, intenção que foi levada adiante por políticos da época e culminou na criação, em 1935, do Departamento de Cultura, com a idealização de Mário de Andrade, Paulo Duarte e outros intelectuais, que acreditavam que o departamento deveria desenvolver projetos em áreas socioculturais, educacionais e artísticas, além de promover o estudo e o inventário de características culturais paulistanas por meio de pesquisas e registros, divulgando também o material coletado (Alves; Daltério, 2006).

Então, com a criação do Departamento de Cultura e o incentivo pelo registro e divulgação de ações culturais e artísticas da cidade, somadas ainda às mudanças pela qual São Paulo passava, as primeiras massas documentais fotográficas sobre a cidade começaram a ser produzidas, pois registravam as mudanças arquitetônicas pelas quais a capital paulistana passava. Essa documentação ficou sob a guarda do arquivo da Divisão de Documentação Histórica e Social do Departamento de Cultura, subordinado à Prefeitura Municipal de São Paulo, que também salvaguardou um lote de negativos de vidro, adquirido durante a gestão do prefeito Fábio Prado, entre 1934 e 1938 (São Paulo, 1992).

Esse fundo documental fotográfico identifica-se como um dos mais antigos a pertencer à atual Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa de São Paulo, e foi amplamente tratado pelo fotógrafo Benedito Junqueira Duarte durante as suas atividades no Departamento de Cultura (São Paulo, 1992), contribuindo para uma guarda adequada das

fotografias e preservando a memória da antiga São Paulo dos séculos XIX e XX. Neste sentido, “a implantação do Departamento Municipal de Cultura abriu então novo espaço de atividades no campo do acesso aos bens culturais, à preservação da memória e incentivo à criação na cidade de São Paulo” (Gomes, 2008. p. 31), mostrando que a longo prazo as ideologias mais modernistas que marcaram a criação do departamento se fortaleceram e levaram melhorias à população, uma vez que essa teve a sua história e memória guardadas.

As mudanças de governos e prefeitos na cidade de São Paulo não interferiram tanto no tratamento documental da Divisão de Documentação Histórica, embora tenham ocorrido mudanças constantes no organograma do departamento em relação a sua subordinação à prefeitura, como exibe o trecho abaixo:

As sucessivas alterações no organograma administrativo da Prefeitura pouco interferiram nos aspectos do processamento documental. Em 1935 o acervo encontrava-se sob guarda da Divisão de Documentação Histórica e Social do Departamento de Cultura. Em 1946, quando o Departamento de Cultura deixou de estar diretamente vinculado ao Gabinete do Prefeito para subordinar-se à então criada Secretaria de Cultura e Higiene, uma Seção de Iconografia passou a constar oficialmente do organograma daquele Departamento subordinada à Divisão de Estatística e Documentação Social. Este vínculo administrativo não se alterou, mesmo com a criação da Secretaria de Educação e Cultura em julho de 1947. Em 1969 um Decreto-Lei transferiu a Divisão de Estatística e Documentação Social para o Departamento do Tesouro da Secretaria de Finanças, desmembrando dela a Seção de Iconografia, que passou então a subordinar-se à Divisão do Arquivo Histórico — situação que perdurou até maio de 1975, quando novo ato legislativo extingue esta Seção, criando paralelamente uma Divisão de Iconografia e Museus (São Paulo, 1992, p. 12).

Ademais, explicita-se que em 1975 o Departamento de Cultura foi extinto e deu lugar à novíssima Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, cujos trâmites burocráticos foram rápidos, dado que o projeto de lei que visava a criação da Secretaria foi apresentado em dezembro de 1974 e sancionado em janeiro de 1975, com o projeto de reformulação feito e aprovado entre março e maio do mesmo ano (Canado Júnior, 2021).

A Secretaria possuía, como um de seus núcleos subordinados, a Divisão de Iconografia e Museus, que “passou-se assim a privilegiar a atividade de divulgação, até então quase inexistente, em detrimento da formação sistemática de um acervo fotográfico significativo com relação à cidade” (Alves; Daltério, 2006, p. 108). A Divisão de Iconografia e Museus era um órgão de divisão técnica, pois além de estar subordinado à Secretaria de

Cultura, estava igualmente subordinado, em segunda instância, ao também novo Departamento do Patrimônio Histórico (DPH).

Neste ponto observam-se mudanças no foco que o governo da cidade de São Paulo vinha tendo. Com Mário de Andrade na década de 1930, a preocupação estava em tornar a cultura acessível ao público em geral, criando-se um departamento voltado para o registro das tradições, memórias e vivências do povo que pudessem ser salvaguardadas para contar a história da cidade junto à população. Já em 1975, com a criação do Departamento do Patrimônio Histórico, além da memória e das tradições, as mudanças arquitetônicas e as transformações das edificações e passeios urbanos em geral também passaram a ser o foco de salvaguarda do governo paulistano. O patrimônio histórico, “[...] um assunto até há pouco sem interesse maior ao povo, que é esse tema ligado às construções antigas e seus pertences, representativos de gerações passadas [...]” (Lemos, 2006, p. 7) ganhou, pela primeira vez, reconhecimento na cidade.

O Departamento do Patrimônio Histórico, que havia sido originalmente nomeado Departamento do Patrimônio Artístico-Cultural (Canado Júnior, 2021), mostrou-se então como “[...] um fator preponderante tanto para a salvaguarda do nosso patrimônio quanto para a experimentação de novas possibilidades nessa área [...]” (Camargo, 2021, p. 21), pois estudos no campo do patrimônio histórico começaram a ser desenvolvidos, além de que o departamento possibilitou o prosseguimento ao tratamento documental e fotográfico que vinha sendo feito desde 1935, sob a supervisão do Departamento de Cultura, haja vista que nos 40 anos que separam a criação do Departamento de Cultura e a Secretaria Municipal de Cultura, a massa documental pertencente ao órgão cresceu exponencialmente, cabendo ao DPH prosseguir com a sua organização.

Do mesmo modo, o DPH dedicou-se ao desenvolvimento de “[...] trabalhos de referência no reconhecimento, preservação e divulgação dos valores de bens culturais materiais e imateriais, lançando mão dos instrumentos legais disponíveis e salvaguardando histórias, lugares e paisagens” (Oliveira *et.al*, 2021, p. 11). Por essa razão, os trabalhos iniciais do DPH frisavam os projetos e obras que preservavam os bens tombados municipais, a conservação de obras de arte e monumentos em logradouros públicos, o levantamento arqueológico na cidade, o Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano (IGEPAC), a publicação de trabalhos técnicos e a revitalização de áreas e edifícios tombados (Oliveira *et.al*, 2021, p. 12).

Em decorrência da ativa atuação do DPH, em 1985 foi criado o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP), que alterou algumas atividades da Divisão de Preservação do DPH, exigindo mais agilidade nas respostas das resoluções de preservação de imóveis, uma vez que os trabalhos relacionados às intervenções de bens tombados, proteção de áreas envoltórias e bairros ambientais aumentaram exponencialmente, cabendo aos técnicos da Divisão de Preservação do DPH e do CONPRESP maior dedicação a esses processos (Oliveira *et.al*, 2021). O aumento do volume das atividades voltadas à preservação do patrimônio mostra que havia uma preocupação geral em cuidar dos bens da cidade, explicitando que as atividades desenvolvidas pelo DPH vinham se consolidando e exigiam mais divisões e organização.

A partir deste ponto de vista, em seus primeiros anos o DPH era formado por três vertentes, chamadas de divisões técnicas: o Arquivo Histórico Municipal (AHM), a Divisão de Iconografia e Museus (DIM) e a Divisão de Preservação. Essas divisões foram importantes para organizar os respectivos setores de atuação do patrimônio histórico com suas documentações. Por exemplo, os documentos históricos que eram tratados pela antiga Divisão de Documentação Histórica foram direcionados às três divisões, pois existiam tanto fotografias quanto documentos textuais. Outro exemplo, exposto por Camargo (2021), cita que até a década de 1960 as casas históricas — Casa do Bandeirante<sup>1</sup>, Casa do Sertanista<sup>2</sup> e a Capela Imperial<sup>3</sup> — eram subordinadas ao Arquivo Histórico, mesmo possuindo mais afinidade com a Divisão de Iconografia e Museus. Logo, a composição do DPH previa uma reorganização destas entidades e seus documentos.

Começando pelo Arquivo Histórico Municipal, esse se desmembrava inicialmente em quatro seções técnicas: Estudo e Pesquisa; Classificação e Catalogação; Intercâmbio; e Manuscritos. Essa divisão se preocupava com “[...] a centralização e preservação dos documentos de valor histórico e de guarda permanente da administração pública municipal [...]” (Pavan; Mussupapo; Silva, 2021, p. 259), isto é, cuidaria de sua própria documentação que havia sido produzida no Arquivo da Prefeitura Municipal de São Paulo, que nasceu em 1907, com fundo mais antigo datado em 1908. Essa documentação foi acumulada durante

<sup>1</sup> Para saber mais, acesse: <https://www.museudacidade.prefeitura.sp.gov.br/sobre-mcsp/casa-do-bandeirante/>. Acesso em: 08 abr. 2025.

<sup>2</sup> Para saber mais, acesse: <https://www.museudacidade.prefeitura.sp.gov.br/sobre-mcsp/casa-sertanista/>. Acesso em: 08 abr. 2025.

<sup>3</sup> Para saber mais, acesse:  
<https://www.museudacidade.prefeitura.sp.gov.br/sobre-mcsp/capela-imperial-monumento-a-independencia/>. Acesso em: 08 abr. 2025.

anos e pôde ser tratada com afinco apenas na década de 1970, com a criação do DPH (Camargo, 2021).

Um olhar adequado para a documentação também levantou questionamentos acerca do espaço físico em que o DPH e o AHM se situavam, pois uma grande massa documental deveria ser salvaguardada, garantindo que a vida útil da documentação fosse preservada, requerendo para isso uma estrutura arquitetônica que comportasse as condições mínimas de preservação. Pensando nisso, enquanto esteve conectado ao DPH, o AHM passou por algumas mudanças de endereço.

Desde 1954 a sede do Arquivo era a Chácara Lane, na Rua da Consolação, mas com a submissão ao DPH e a incorporação de novos documentos ao fundo, o espaço ficou pequeno, tornando-se insustentável ficar no local (Camargo, 2021, p. 28). Então, a mudança da Chácara Lane para o Edifício Ramos de Azevedo foi organizada no ano de 1999, tendo sido finalizada em 2000, quando o edifício situado no bairro do Bom Retiro passou a sediar o AHM, e não mais a biblioteca e o setor de Logradouros Públicos, seus antigos inquilinos.

No entanto, a Divisão de Preservação, também do DPH, ocupava parte do prédio desde 1997, e teve parcela do seu acervo incorporada pelo AHM (Departamento..., 2017). Em 2003, a Divisão de Preservação deixou o prédio, e o Edifício Ramos de Azevedo passou a ser somente do Arquivo Histórico Municipal, que desmembrou-se do DPH em 2012, durante a gestão da historiadora Liliane Schrank Lehmann, e passou a se chamar Departamento do Arquivo Histórico Municipal (Camargo, 2021). Até 2025, o AHM ainda ocupa o Edifício Ramos de Azevedo.

Enquanto o Arquivo Histórico Municipal focava em cuidar de sua própria documentação, a Divisão de Iconografia e Museus (DIM) buscava anexar as casas históricas, os museus e o acervo imagético da Prefeitura Municipal de São Paulo em seu plano organizacional e de preservação (Camargo, 2021). A DIM possuía três seções técnicas como suas subdivisões: Seção Técnica do Museu Histórico da Imagem Fotográfica da Cidade de São Paulo; Seção Arquivo de Negativos; e Seção de Fotografias da Cidade (Alves; Daltério, 2006).

Apesar de realizarem atividades diferentes, as seções técnicas da DIM possuíam, juntas, o objetivo de construir e salvaguardar a memória imagética da cidade de São Paulo, tanto que o laboratório de tratamento das imagens registradas pelos fotógrafos contratados pela Prefeitura Municipal de São Paulo pertencia à Divisão de Iconografia e Museus,

explicitando o motivo pelo qual a maior parte das fotografias sobre a cidade ficaram sob sua supervisão (Informação verbal)<sup>4</sup>.

Neste mesmo contexto, estudos de fotógrafos importantes, como Militão Augusto de Azevedo e Guilherme Gaensly, contribuíram para registrar as transformações paisagísticas da cidade e para inspirar outros fotógrafos a fazerem o mesmo, porém, dessa vez, sob contratação da Prefeitura. O trabalho que os fotógrafos contratados realizavam ficou conhecido como missão, isto é, quando um fotógrafo vai para um determinado bairro, rua, logradouro público, etc. para fotografá-lo, reunindo uma coleção de imagens sobre aquele local/contexto. Essas missões foram essenciais para a criação do acervo fotográfico pertencente à Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa e à Prefeitura como um todo.

Com o passar dos anos, a organização idealizada pelo DPH para o DIM foi se solidificando, pois as casas históricas, por exemplo, tornaram-se responsabilidade da Divisão de Iconografia e Museus, possibilitando que os seus usos pela sociedade fossem iniciados. Em 1978 houve a primeira tentativa de promoção de visitas de escolas às casas históricas, que contou ainda com um treinamento dos professores para monitorar a visita, que objetivava mostrar o acervo de imóveis da DIM, composto pelas próprias casas históricas, e servir como exposição e tema dos folhetos didáticos publicados pelo DPH (Sá, 2006).

Então, outros projetos que impulsionaram a ocupação das casas históricas e o conhecimento do acervo imagético por parte da população começaram a ser desenvolvidos pela DIM, como o “Programa Museu-Escola”, criado em 1983 e com foco na preservação do patrimônio arquitetônico do Centro Histórico e das casas históricas, que intencionava a divulgação da história de São Paulo para estudantes das redes pública e particular da cidade, garantindo ainda transporte gratuito até o local aos alunos da rede pública (Sá, 2006).

Entre 1986 e 1988 o programa foi sendo desestruturado, pois foram extintas as visitas monitoradas ao Centro Histórico de São Paulo e as equipes que realizavam as visitas foram divididas e distribuídas entre as casas históricas da DIM (Sá, 2006). Mas essas mudanças não significaram o fim ao acesso cultural ao Centro Histórico de São Paulo. As fotografias tornaram-se importantes ferramentas para a difusão da imagem da São Paulo antiga, servindo como instrumentos educacionais para aqueles que visavam conhecer as transformações que a cidade experimentou no fim do século XIX e início e meados do século XX.

---

<sup>4</sup> Trecho elaborado a partir das explanações orais feitas pela supervisora técnica do Museu da Cidade, Paula Talib Assad, em 12/04/2024.

Entre 1993 e 1997 o serviço educativo da Divisão de Iconografia e Museus reafirmou o seu compromisso social e realizou o projeto intitulado “São Paulo em três”, em parceria com o atual Itaú Cultural, que proporcionou, segundo Sá (2006, p. 91):

um panorama da velha São Paulo pelas imagens de fotógrafos que documentaram a cidade na segunda metade do século XIX, como Gaensly, Militão e muitos anônimos. Estas imagens eram disponibilizadas virtualmente nas ilhas informatizadas, grande inovação à época. Desta forma abrangente, alunos e professores tinham oportunidade de conhecer a cidade por três diferentes óticas, o que lhes dava uma clara percepção dos processos de transformação vivenciados em São Paulo.

Esse e outros projetos, como o “Fotografia e cidade: um resgate do cotidiano de São Paulo”, realizado de 1998 a 2000 (Sá, 2006, p. 91), aproximaram as escolas, professores e alunos do museu e da história de São Paulo, uma atitude inovadora que estreitou uma relação entre os museus e as escolas, bem como auxiliou no desenvolvimento do setor educativo da Divisão de Iconografia e Museus, indo de acordo com os princípios do DPH e da Secretaria Municipal de Cultura, que visava registrar a cidade para a cidade e seus cidadãos, para que esses tomassem conhecimento sobre as suas próprias raízes históricas e patrimoniais.

Partindo-se do ponto de que uma edificação e uma fotografia são capazes de educar, o DPH volta os olhos para o tratamento documental, mas dessa vez focado no tratamento de fotografias e negativos, que não foram para o fundo do Arquivo Histórico e cabiam aos tratamentos da DIM. Neste sentido, as primeiras coleções de fotografias e negativos de vidro que começaram a ser tratados ainda pelo Departamento de Cultura, e foram tidas como o fundo mais antigo adquirido pela Prefeitura de São Paulo, e que, posteriormente compuseram os famosos Álbuns Comparativos da Cidade de São Paulo (1862-1887-1914), editados em 1914 e com levantamentos de Militão Augusto de Azevedo relativos ao século XIX (Alves; Daltério, 2006, p. 108), foram relevantes para recobrar como um bom tratamento documental preservou a memória.

Isso se deve ao fato de que o fotógrafo Benedito Junqueira Duarte empregou, de 1937 a 1964, uma identificação cuidadosa aos negativos e fotografias citados, bem como sobre outras coleções fotográficas que foram geradas a partir das missões dos fotógrafos da Prefeitura de São Paulo. Os tratamentos de identificação e organização aplicados por Duarte foram tão satisfatórios que muitos dos metadados utilizados para registrar as fotografias estão

em uso ainda hoje, e não se tornaram obsoletos ou irrecuperáveis (Informação verbal)<sup>5</sup>. Do mesmo modo, Duarte também foi o responsável por formular as diretrizes originais da Seção de Iconografia, que se tornou a Divisão de Iconografia e Museus (Alves; Daltério, 2006). Boa parte do conhecimento do fotógrafo era proveniente de estudos e acompanhamento das pesquisas sociais, demográficas e econômicas realizadas pelo Departamento de Cultura, que recebia muita documentação referente às regiões da cidade que sofriam intervenções (São Paulo, 1992).

A Seção Técnica de Arquivo de Negativos da DIM também trabalhava a todo vapor, pois reorganizou a expansão do acervo, ação que foi tomada pensando-se no registro dos documentos que seriam recebidos, podendo assim acompanhar o crescimento conforme as demandas e dar início à preservação da documentação já existente (Alves; Daltério, 2006). Algumas das novas coleções que foram recebidas eram:

Coleção Marília Azevedo, com imagens produzidas por Guilherme Gaensly e Marc Ferrez na virada do século XIX; a Coleção Becherini, produzida pelo estúdio da família do mesmo nome, que retratou a cidade nas décadas de 1910 a 1950; a Coleção Volcov, que compreende as campanhas políticas para prefeito, governador e presidente nos anos de 1954 a 1965, e a Coleção Nair Benedicto, entre outras (Alves; Daltério, 2006, p. 108).

Mais detalhes sobre o processamento técnico das fotografias serão expostos nos próximos capítulos, mas salienta-se que a documentação das divisões técnicas do DPH voltaram a se mesclar com o passar dos anos.

Além das coleções, a partir de 1980 foram incorporadas ao acervo da Seção Arquivo de Negativos as fotografias de assessorias de imprensa do gabinete do prefeito, imagens que exibem solenidades, obras públicas e relacionados, além das documentações fotográficas de todos os prefeitos de São Paulo entre 1965 e 2006 (Alves; Daltério, 2006). Já entre 1990 e 1992, a Seção Técnica do Museu Histórico da Imagem Fotográfica da Cidade de São Paulo criou o “Projeto de Fotografia Sistemática da Cidade de São Paulo”, que tinha como tema o morar e trabalhar na cidade, rendendo diversas fotografias em negativos sobre ambulantes, migrantes, trabalhadores e moradores da Avenida Paulista; o projeto foi um piloto que almejava criar uma sistematização entre as fotografias, mas foi descontinuado pela Seção (Alves; Daltério, 2006).

---

<sup>5</sup> Trecho elaborado a partir das explanações orais feitas pela supervisora técnica do Museu da Cidade, Paula Talib Assad, em 12/04/2024.

Muitos outros projetos envolvendo o acervo móvel e o acervo fotográfico da DIM foram idealizados nos anos que se seguiram, e em 2003, com o estabelecimento da museóloga e professora Maria Cristina Bruno como diretora da Divisão de Iconografia e Museus, a DIM passou por uma avaliação profunda em sua estruturação e missão, o que culminou na criação do Sistema Municipal de Museus, do qual a Divisão se tornou o seu cerne (Sá, 2006). No entanto, a noção de que as seções da DIM trabalhavam com excelência juntas, principalmente porque a Seção Técnica do Museu Histórico da Imagem Fotográfica da Cidade de São Paulo contribuía com a ampliação do repertório de imagens do acervo da Seção Arquivo de Negativos (Alves; Daltério, 2006), sempre foi mantida.

Em 2018 houve o desmembramento do DPH, ou seja, a Divisão de Iconografia e Museus tornou-se o Museu da Cidade, integrando agora o Departamento de Museus Municipais (DMU), com todo o seu acervo arquitetônico, fotográfico, de bens móveis, de história oral e documental (MUSEU..., 2024, online). Porém, a mudança fez com que alguns itens dos acervos ficassem com a Divisão de Preservação, a divisão que resta e hoje é intitulada DPH, revelando a origem de algumas fotografias que hoje integram o acervo do Departamento do Patrimônio Histórico. Ressalta-se que outras fotografias foram geradas pela própria Divisão de Preservação, sendo provenientes dos levantamentos feitos aos bens tombados, pelo Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano (IGEPAC), na década de 1980.

Por fim, como mencionado, o que se conhece hoje por DPH, em 1975 era a Divisão de Preservação, a última das três divisões do DPH original. A Divisão de Preservação era composta por cinco seções técnicas, sendo elas: Levantamento e Pesquisa; Crítica e Tombamento; Programa de Revitalização; Projeto, Restauro e Conservação; Divulgação e Publicações (Canado Júnior, 2021). Essa divisão possuía como objetivo a salvaguarda, o registro e a preservação dos logradouros públicos e da história edificada de São Paulo (Informação verbal)<sup>6</sup>.

Retroz (2021, p. 10) destaca que a atenção e o cuidado com o patrimônio histórico e cultural, “[...] justamente por seu vínculo com a memória, escapa de ser uma mera execução de técnicas de conservação e restauração, sendo agora entendido como interferência nos suportes materiais da memória e no valor simbólico das coisas, cerne do campo da cultura”, ideia esta que simboliza a preocupação da divisão em cuidar da história e da memória

---

<sup>6</sup> Trecho elaborado a partir das explanações orais feitas pela supervisora técnica do Museu da Cidade, Paula Talib Assad, em 12/04/2024.

edificada, que se estende até o atual Departamento do Patrimônio Histórico, consolidado oficialmente em 2018, com o Decreto nº 58.207/2018, que dispõe sobre as mudanças estruturais da Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa de São Paulo (SÃO PAULO, 2018).

O DPH atual é formado pelos seguintes núcleos: Centro de Arqueologia de São Paulo (CASP), pela Divisão de Valorização do Patrimônio (DVP), que coordena o Núcleo de Gestão Documental (NGD) e o Núcleo de Difusão do Patrimônio (NDP), e pela Divisão de Preservação do Patrimônio (DPP), que é responsável pelo Núcleo de Projeto, Restauro e Conservação (NPRC), pelo Núcleo de Identificação e Tombamento (NIT) e pelo Núcleo de Monumentos e Obras Artísticas (NMOA) (DIVISÃO..., 2023). Juntos, os núcleos são responsáveis por acompanhar as intervenções em bens tombados, sejam públicos ou privados, avaliar e realizar pesquisas sobre os pedidos de reconhecimento de bens culturais da cidade, atuando ainda com o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP), orientar pesquisas arqueológicas, promover ações de valorização ao patrimônio, entre outros (CONHEÇA..., 2022).

Além das atividades mencionadas, o DPH contemporâneo realiza suas análises e avaliações de bens tombados de maneira eletrônica, do mesmo modo em que dispõe de ferramentas para que os municíipes realizem buscas e acessem as informações, como o sistema digital de Cadastro de Imóveis Tombados (CIT)<sup>7</sup> e o GeoSampa<sup>8</sup>, o mapa digital da cidade (Oliveira *et.al*, 2021). No âmbito da valorização do patrimônio, foi consolidada a Semana de Valorização do Patrimônio e a Jornada do Patrimônio, assim como o Selo de Valor Cultural e o Inventário Memória Paulistana (Oliveira *et.al*, 2021). Todas as atividades têm por objetivo a valorização da memória de um determinado local, seja ele um restaurante, uma praça ou uma casa de shows. Relembrar a memória do espaço é como retornar à São Paulo antiga, dado que os municíipes são levados a conhecer as origens da cidade, contribuindo para uma tomada de consciência sobre o espaço que utilizam, e que já foi utilizado por muitos outros antes.

---

<sup>7</sup> Para navegar no site, acesse: <https://www3.prefeitura.sp.gov.br/cit/Forms/frmPesquisaGeral.aspx>. Acesso em: 05 maio. 2024.

<sup>8</sup> Para navegar no site, acesse: [https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/\\_SBC.aspx](https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx). Acesso em: 05 maio. 2024.

**Figura 1:** Placa do Inventário Memória Paulistana - Vila Itororó



**Fonte:** produzido pela autora

Enquanto salvaguarda o patrimônio histórico e cultural de São Paulo, o DPH também entende que políticas públicas que visam o patrimônio passam por uma articulação entre modernização e preservação, buscando qualidade de vida para todos, assim como também entende a diversidade como um patrimônio cultural da cidade e estimula a participação de todos neste seguimento (CONHEÇA..., 2022). Pensando nisso, muitos dos núcleos do DPH utilizam-se de ícones para comunicar as suas atividades com o público, seja através das placas do Inventário da Memória Paulistana ou das postagens em mídias sociais, recordando a importância da documentação e das fotografias para fundamentar essas interações com o público.

Com sorte, o Núcleo de Gestão Documental (NGD) do DPH é o responsável por manter toda a organização e salvaguarda da documentação do departamento, e colabora com a realização das atividades dos demais núcleos. No próximo capítulo, o NGD será explorado, tornando clara a sua relevância para o DPH e como este núcleo trata as suas fotografias.

## 2.1 O Núcleo de Gestão Documental

As mudanças políticas são constantes no cenário público, alterando a organização de departamentos, as equipes de trabalho e até mesmo o nome e estrutura das repartições, como ocorreu com o atual Núcleo de Gestão Documental (NGD), que originou-se como Núcleo de Documentação e Pesquisa (NDP) em 2018, por meio do Decreto nº 58.207 de 24 de abril de 2018 (SÃO PAULO, 2018), mas teve a sua nomenclatura alterada pelo Decreto nº 62.652 de 9 de agosto de 2023 (SÃO PAULO, 2023), tornando-se então o Núcleo de Gestão Documental (NGD), subordinado à Divisão de Valorização do Patrimônio (DVP/DPH).

O Decreto nº 62.652/2023 também alterou o nome Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) para Coordenadoria do Patrimônio Histórico (CPH). Porém, para as finalidades deste trabalho, bem como forma de honrar a memória do Departamento e o patrimônio da cidade, a Coordenadoria do Patrimônio Histórico será aqui tratada como Departamento do Patrimônio Histórico, preservando as conquistas realizadas pelo órgão no passado e mantendo viva a forte nomenclatura do DPH, tão significativa para a cidade de São Paulo. Contudo, apesar das mudanças de nomes, o NGD, desde o seu surgimento, apresenta papel fundamental para o DPH, uma vez que é o núcleo responsável pelos acervos da instituição.

O NGD responsabiliza-se pelos acervos bibliográfico e arquivístico. O acervo bibliográfico possui formação recente, uma vez que foi constituído a partir da biblioteca do gabinete da diretora da Divisão de Preservação, Mirthes Baffi, em conjunto com uma vasta seleção de novos títulos realizada pelos técnicos locais do DPH, dado que parte da biblioteca do gabinete não foi salvaguardada, devido às mudanças de localização do acervo, em 2003 (Informação verbal)<sup>9</sup>. “O acervo bibliográfico [...] foi formado aleatoriamente, com aquisições momentâneas [...] e advindas de leis de incentivo. Assim, observam-se nas estantes livros de fotografias, alguns de história, arquitetura, outros tantos de patrimônio histórico e cultural [...]” (Departamento..., 2017, p. 13), construindo uma teia temática variada que possibilita um olhar ampliado sobre o patrimônio.

Por sua vez, o acervo arquivístico possui documentação que foi gerada ao longo das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Cultural, suas divisões e os corpos técnicos que atuaram durante as diversas gestões da Secretaria (Pavan; Mussupapo; Silva,

---

<sup>9</sup> Informação verbal proferida pela bibliotecária-chefe do Núcleo de Gestão Documental, em 07/05/2024, em conversa informal.

2021). A documentação, em sua maior parte, é composta por fichas de inventário, estudos de tombamentos, desenhos arquitetônicos, cartografia, fotografias e recortes de jornais, todos explicitamente relacionados com a cidade de São Paulo e as modificações arquitetônicas pelas quais a cidade passou.

Anos mais tarde, em 2012, a unificação dos acervos bibliográfico e arquivístico das seções da Divisão de Preservação foi realizada, mas, em 2013, uma nova mudança de endereço exigiu que o acervo bibliográfico fosse encaixotado, permanecendo assim até 2017, quando uma sala no Arquivo Histórico Municipal (AHM) foi cedida ao DPH e os livros puderam ser dispostos em estantes (Departamento..., 2017).

Após 2017 outra mudança de endereço aconteceu, exigindo que o acervo bibliográfico migrasse para um novo ambiente, sendo este a Galeria Olido. Em 2025, o acervo bibliográfico do NGD encontra-se no primeiro andar do Edifício Sampaio Moreira, no Centro Histórico de São Paulo, onde cerca de mil livros estão organizados nas estantes e outros aguardam o tratamento técnico. Teses, dissertações, obras de referência e periódicos também compõem o acervo bibliográfico (Pavan; Mussupapo; Silva, 2021).

**Figura 2:** prateleira com livros na Biblioteca do DPH



**Fonte:** produzido pela autora.

Todas as mudanças sofridas pelo acervo bibliográfico se repetiram com o acervo arquivístico, em que se encontram os documentos iconográficos. Com a falta de normas e condutas para guardar as documentações, muitos itens foram perdidos ou incorporados em

acervos paralelos, como no próprio Arquivo Histórico Municipal. Por isso, é comum notar que um registro histórico, como um estudo de um hotel tombado, por exemplo, pode ter fotografias tanto no AHM quanto no Museu da Cidade, sendo complementada por uma revista que encontra-se no acervo bibliográfico do DPH. Dessa maneira, os documentos iconográficos do acervo do DPH são apenas uma parte da vasta gama iconográfica existente na Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa de São Paulo. O acervo arquivístico configura-se também como um arquivo intermediário, abrigando os documentos que ainda não podem seguir para o arquivo permanente, no Arquivo Histórico Municipal (Informação Verbal)<sup>10</sup>.

Porém, muitos documentos do acervo arquivístico são provenientes dos processos de tombamento e inventários de São Paulo, como no caso das fichas de inventário e as fotografias, que contam como diversas áreas da cidade foram estudadas e preservadas ao longo dos anos. Documentos e fichas do Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano de São Paulo (IGEPAC), tanto do bairro Bela Vista quanto da Liberdade, por exemplo, estão presentes neste acervo, assim como jornais, plantas arquitetônicas, estudos de tombamento e fotografias de espaços importantes, como do Teatro Municipal de São Paulo e do Mercado Velho de Santo Amaro.

Ademais, com a responsabilidade de cuidar de dois acervos ricos sobre a cidade de São Paulo, patrimônio histórico, cultural e arquitetônico, o Núcleo de Gestão Documental possui como lema o conhecimento acessível e a cultura valorizada, bem como sua missão é “prover serviços informacionais de excelência aos cidadãos e aos profissionais do DPH respaldando, assim, a preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade” (NÚCLEO..., 2024, *online*). Do mesmo modo, alguns de seus valores são a qualidade, o acesso à informação e a imparcialidade (NÚCLEO..., 2024, *online*), independente se o seu público for leigo ou especializado.

Igualmente, por meio de seus acervos, o NGD visa compartilhar informações para que os bens patrimoniais público e privados, materiais e imateriais e culturais da cidade sejam preservados e acessados por todos, garantindo que o acesso à história de São Paulo continue sendo preservada e seja também fonte de inspiração. Para isso, o núcleo atua em quatro eixos: “biblioteca técnica; gestão documental; gestão da informação digital, e serviço de referência e disseminação da informação” (Pavan; Mussupapo; Silva, 2021, p. 261).

---

<sup>10</sup> Informação verbal proferida pela bibliotecária-chefe do Núcleo de Gestão Documental, em 07/05/2024, em conversa informal.

Apesar dos itens do acervo não serem emprestados ao público externo, esses podem ser consultados no acervo via agendamento, assim como as dúvidas também podem ser tiradas por meio dos canais de atendimento (email e telefone), que são rapidamente respondidos e cuidadosamente pesquisados, isto é, caso um usuário peça um item ou vários itens sobre um assunto, as bibliotecárias realizam vasta pesquisa para responder o usuário da maneira mais completa. Caso as respostas não sejam encontradas, sugestões de referências são indicadas, sempre garantindo que o usuário seja informado (Informação verbal)<sup>11</sup>.

O atendimento aos usuários internos, como servidores, comissionados, admitidos, jovens monitores e estagiários ocorre de maneira semelhante, porém alguns documentos, como pastas-arquivo sobre bairros e livros são emprestados para consulta no local. Dessa maneira, o serviço de referência e disseminação da informação do Núcleo de Gestão Documental se sobressai, porque “percebeu-se que existe uma demanda que necessita de informações gerais sobre a atuação do DPH na cidade e dúvidas dos cidadãos em relação ao patrimônio da cidade” (Pavan; Mussupapo; Silva, 2021, p. 265-266), cabendo ao Núcleo oferecer as respostas e condutas adequadas aos cidadãos.

Outro benefício oferecido pelo NGD é a possibilidade de busca e recuperação dos livros do acervo bibliográfico através do Catálogo Online da Prefeitura Municipal de São Paulo, dado que desde 2018 o NGD integra o Sistema Municipal de Bibliotecas de São Paulo (SMBSP) (Pavan; Mussupapo; Silva, 2021). Porém, uma falha é que a mesma recuperação não pode ser feita com os documentos do arquivo, uma vez que as tipologias são diferentes e os metadados não são suficientes ou adequados pelo software de gerenciamento. Do mesmo modo que o público que busca as informações no Catálogo Online de São Paulo é diferente daquele que busca informações especializadas no NGD (Informação verbal)<sup>12</sup>.

Logo, comprehende-se que os itens do acervo arquivístico não estão representados e não podem ser recuperados pelos usuários externos do DPH. O mesmo sucede com a documentação iconográfica, que possui uma planilha que permite a recuperação da documentação fotográfica – principalmente por parte das bibliotecárias – mas não possui uma organização clara e intuitiva para a recuperação dos usuários, que muitas vezes desconhecem a existência desta ferramenta, prejudicando ainda mais as buscas.

---

<sup>11</sup> Informação verbal proferida pela bibliotecária-chefe do Núcleo de Gestão Documental, em 07/05/2024, em conversa informal.

<sup>12</sup> Informação verbal proferida pela bibliotecária-chefe do Núcleo de Gestão Documental, em 07/05/2024, em conversa informal.

## 2.2 A organização do acervo iconográfico

O conjunto documental presente no acervo do NGD/DPH apresenta uma linha do tempo da edificação da cidade de São Paulo, uma vez que os registros fotográficos começaram a ser produzidos ainda no Departamento de Cultura, em 1935 (São Paulo, 1992), e se avolumaram com o passar dos anos e as transformações arquitetônicas, preservando as construções da velha São Paulo ao menos na memória e sobre a gelatina dos negativos.

Desde o século passado, além das fotografias tiradas por encomenda da Prefeitura de São Paulo, para registrar a evolução arquitetônica e garantir a preservação da capital, foram adquiridos pelo DPH outros núcleos documentais fotográficos, seja através de doação, compra, reprodução de material fotográfico, retratos e ensaios, ou por meio de fotografias do dia a dia, de campanhas políticas, obras públicas e levantamentos arquitetônicos (São Paulo, 1992). Todos esses registros iconográficos formaram um acervo rico sobre a cidade de São Paulo, haja vista que ao longo dos anos as produções fotográficas não deixaram de ser produzidas e ganharam força com os estudos de tombamentos, contribuindo para a crescente massa fotográfica da Secretaria Municipal de Cultura.

Contudo, muitas mudanças de endereço dos acervos e misturas entre as documentações, assim como a falta do tratamento dos documentos durante as mudanças e gestões políticas desencadearam a atual falta de organização das fotografias presentes no NGD/DPH, embora tentativas de padronização tenham sido desenvolvidas anteriormente (São Paulo, 1992). Como exemplo, as fotografias do Museu da Cidade, que também advêm do antigo DPH, ainda utilizam os metadados estruturados pelo fotógrafo Benedito Junqueira Duarte (Informação verbal)<sup>13</sup>, o responsável por implantar uma representação minuciosa aos negativos:

A primeira forma de organização do acervo do Arquivo de Negativos foi implantada pelo fotógrafo Benedito Junqueira Duarte, responsável pela produção fotográfica do Departamento de Cultura e primeiro chefe da Seção de Iconografia. Com a intenção de estabelecer normas para o armazenamento dos negativos, de registrar as informações sobre a produção fotográfica e garantir o acesso a elas, Benedito Junqueira Duarte dividiu o acervo em diversos grupos, de acordo com o formato do suporte do negativo. Atribuiu uma letra para cada tipo de formato [...], passando a numerar os negativos sequencialmente no interior de cada um dos tipos. Os negativos eram cortados um a um e cada fotograma possuía um código alfanumérico

---

<sup>13</sup> Informação verbal proferida pela supervisora técnica do Museu da Cidade, Paula Talib Assad, em 12/04/2024.

(segundo os critérios acima mencionados) que lhe servia de número de tombamento (São Paulo, 1992, p. 11).

Muitas das fichas e índices gerados ao longo dos anos para registrar os negativos encontram-se no arquivo do NGD/DPH, que devido a sua característica de proteção aos bens edificados da cidade, organiza, intitula e também classifica os itens iconográficos através da **localização**, que é um parâmetro norteador adotado durante a produção dos IGEPACs, uma vez que os inventários e os estudos de tombamento partiam de localizações centrais e específicas e avançavam para as áreas periféricas da cidade, gerando fichas, desenhos, fotografias e outros documentos (SÃO PAULO, 1986). Assim, a maneira mais fácil de identificar a documentação no acervo é através de sua localização, isto é, bairro, endereço completo, edificação específica, vila, etc.

Paralelamente, segundo a bibliotecária-chefe do NGD/DPH (Informação verbal)<sup>14</sup>, o acervo iconográfico é formado por fotografias físicas em papel, também chamadas de ampliações, fotografias digitalizadas, contatos, cópias em papel, negativos e positivos, sendo o positivo chamado também de slide. Apesar dos diferentes tipos e técnicas de fotografar, que identificam também a época em que os registros foram feitos, o intuito da fotografia permanece o mesmo, pois “[...] registra um momento, um instante no passado, do presente de nossas vidas, constituindo a construção da história, da cultura, da educação de uma sociedade” (Boccato; Fujita, 2006, p. 86).

As fotografias, negativos e positivos do NGD/DPH estão acondicionados em pastas suspensas, caixas de papelão e em pastas A/Z, muito semelhantes aos fichários, comportando mais de um documento por folha, sem que estes sofram ou sejam danificados. Ainda assim, devido às mudanças constantes e falta de um sistema de organização próprio, o acervo iconográfico não foi quantificado, tornando-se desconhecido o número total de itens (Informação verbal)<sup>15</sup>.

Todavia, como uma iniciativa de organizar e recuperar as fotografias, as fichas e índices que estão colados nas pastas A/Z e representam as fotografias do NGD foram transcritas para o ambiente virtual, fato que demonstra atitudes de conservação preventiva promovido pela equipe para que nenhuma informação fosse perdida com o tempo, já que acontecimentos deste tipo acometeram o acervo no passado. Desse modo, uma planilha em

<sup>14</sup> Informação verbal proferida pela bibliotecária-chefe do Núcleo de Gestão Documental, em 07/05/2024, em conversa informal.

<sup>15</sup> Informação verbal proferida pela bibliotecária-chefe do Núcleo de Gestão Documental, em 07/05/2024, em conversa informal.

Excel intitulada *Índice Ordem Alfabética* foi organizada, onde encontram-se planilhadas uma pequena parte das fotografias das Pastas A/Z, além de um índice geral que localiza as pastas-arquivos, esculturas, IGEPACs e periódicos.

**Figura 3:** Índice Ordem Alfabética do NGD/DPH

The screenshot shows an Excel spreadsheet with the following data:

	A	B	C	D	E	F
1	arquivo	folha	Assunto	Local	Fotos de	Data das fotos
2	1	folha 1	Gasômetro - Comgás - Retortas			
3	1	Folha 2	Vila Regente Feijó (atual instituto Anália Franco).	Água Rasa	Fernando Martinelli	1/9/1978
4	1	Folha 3	Vila Regente Feijó (atual instituto Anália Franco).	Água Rasa	Fernando Martinelli	2/9/1978
5	1	Folha 4	Hospedaria dos Imigrantes	Rua Vinconde de Parnaíba, 1316		00/01/1978
6	1	Folha 5	Hospedaria dos Imigrantes	Rua Vinconde de Parnaíba, 1316		00/01/1978
7	1	Folha 6	Hospedaria dos Imigrantes	Rua Vinconde de Parnaíba, 1316		00/01/1978
8	1	Folha 7	Hospedaria dos Imigrantes	Rua Vinconde de Parnaíba, 1316		00/01/1978
9	1	Folha 8	Largo da Concórdia		Saggeze	1997
10	1	Folha 9	Largo da Concórdia		Saggeze	1997
11	1	Folha 10	Largo da Concórdia		Saggeze	1997
12	1	Folha 11	Largo da Concórdia		Saggeze	1997
13	1	Folha 12	Largo da Concórdia		Saggeze	1997
14	1	Folha 13	Largo da Concórdia		Saggeze	1997
15	1	Folha 14	Largo da Concórdia		Saggeze	1997
16	1	Folha 15	Largo da Concórdia			
17	1	Folha 16	Estação do Brás - Clube Minas Gerais			
18	1	Folha 17	Largo da Concórdia		Nádia S. Martins	1978
19	1	Folha 18	Rua São Genaro - Mooca		J. Horácio do O. Nascimento Costa	
			Casa Art-Noveau da Rua João Antonio Oliveira			

Below the table, the ribbon tabs are visible: INÍCIO, Fórmulas, Dados, Revisão, Exibir, Ajuda, Desenhar, Área de Transferência, Fonte, Atribuição, Número, Estilos, Células, Inserir, Excluir, Formato, and Células.

**Fonte:** Núcleo de Gestão Documental/Departamento do Patrimônio Histórico.

Observa-se que apenas uma pequena parte das fotografias foram incorporadas a este índice, e muitas ainda estão sem identificação e representação, espalhadas pelo acervo, necessitando que seja criada uma padronização de recuperação que atenda tanto as fotografias quanto aos negativos, positivos, cópias e contatos.

Igualmente, a baixa quantidade de fotografias registradas no índice indica que essas foram inseridas na planilha por serem as mais buscadas pelos usuários internos (Informação verbal)<sup>16</sup>, suprindo as demandas informacionais imediatas. Ainda assim, a baixa quantidade de fotografias inseridas na planilha permite que uma nova organização e representação sejam aplicadas, para que as próximas fotografias que forem inseridas — bem como as já

<sup>16</sup> Informação verbal proferida pela bibliotecária-chefe do Núcleo de Gestão Documental, em 07/05/2024, em conversa informal.

registradas — sigam uma padronização mais clara e intuitiva para os usuários, mirando também o público externo.

Em relação à busca dos usuários internos, a equipe técnica do DPH, composta majoritariamente por arquitetos e estagiários em Arquitetura, pode ter acesso ao índice entrando em contato com a biblioteca. Este processo ocorre quando o usuário interessado entra em contato com as bibliotecárias, que enviam a última versão da planilha por email institucional, ficando salva no computador individual (Informação verbal)<sup>17</sup>. No entanto, os termos de busca usados na pesquisa dos usuários internos não são padronizados e nem seguem um vocabulário controlado, gerando a não recuperação de todos os documentos presentes no Índice. Nestes casos, os usuários, quando insatisfeitos com a busca, entram em contato novamente com as bibliotecárias e fornecem os termos que lhe são familiares, cabendo às bibliotecárias buscarem, a partir de remissivas e palavras-chave que elas conhecem (Informação verbal)<sup>18</sup>, evidenciando que não há uma lista de termos controlados.

Para a melhor visualização da recuperação das fotografias por meio da planilha, bem como para situar o seu armazenamento físico, segue um exemplo de fluxo de solicitação, partindo-se do usuário interno até o acesso à fotografia, conforme a atual organização e representação da informação permitem:

**Quadro 1:** Exemplo de consulta ao Índice do NGD/DPH

<b>Situação:</b> Um arquiteto do DPH precisa realizar um estudo sobre a área do Pátio do Colégio.
<b>Etapa 1:</b> Esse arquiteto sabe que o acervo do NGD/DPH pode ter fotografias sobre o Pátio do Colégio, então solicita à bibliotecária a planilha, para realizar a busca.
<b>Etapa 2:</b> Em posse da planilha, o usuário inicia a busca acessando a aba “Fotografias_PastaAZ” e depois em “Localizar” realiza uma busca pelo termo/assunto “Pateo do Collegio”, nome grafado de acordo, inclusive, com o site oficial <sup>19</sup> do complexo histórico, mas não encontra nenhum resultado.
<b>Etapa 3:</b> Após não encontrar nenhum resultado, o usuário resolve perguntar à bibliotecária se há fotografias sobre o “Pateo do Collegio”. A bibliotecária diz que sim e realiza o mesmo processo de busca, porém sabendo que as fotografias serão localizadas através da escrita “Pátio do Colégio”, e não “Pateo do Collegio”.

<sup>17</sup> Informação verbal fornecida pela bibliotecária-chefe do Núcleo de Gestão Documental, em 27/06/2024.

<sup>18</sup> Informação verbal fornecida pela bibliotecária do Núcleo de Gestão Documental durante as observações realizadas na planilha e no acervo, entre março e junho de 2024.

<sup>19</sup> Para saber mais, acesse: <https://www.pateodocollegio.com.br/>. Acesso em: 27 jun. 2024.

**Etapa 4:** O usuário é informado sobre essa variação de grafia e são recuperadas do índice três fotografias sobre a localização.

**Figura 4:** Resultados de busca para “Pátio do Colégio”

The screenshot shows a search interface with the title "Localizar e Substituir". There are two tabs: "Localizar" (selected) and "Substituir". Below the tabs, there is a search input field containing "Pátio do Colégio". A note below the input says: "Coringas podem expandir a pesquisa. Por exemplo, 'sm?th' localiza 'smith'." followed by a link "Saiba Mais". A link "Opções de pesquisa" is also present. The results section is titled "Resultados encontrados (3)" and contains a table with three rows:

Folha	Célula	Valor
fotografias...	C65	Pátio do Colégio. Avenida São J...
fotografias...	C66	Igreja São Francisco. Pátio do C...
fotografias...	C163	R. Almirante Barroso. Cine Univ...

At the bottom are two buttons: "Localizar próximo" (highlighted in green) and "Localizar todos".

**Fonte:** Núcleo de Gestão Documental/Departamento do Patrimônio Histórico

**Etapa 5:** As fotografias são retiradas de seu armazenamento físico e o usuário pode consultá-las na biblioteca, sendo permitido fotografá-la para outros usos.

**Fonte:** Produzido pela autora.

Observa-se que as fotografias foram representadas na planilha através dos metadados: “arquivo”, “folha”, “assunto”, “local”, “fotos de” e “data das fotos”, possibilitando a recuperação também por outros termos. No entanto, alguns tópicos tornam a atual planilha de organização das fotografias de difícil recuperação, pois há o risco da planilha ser atualizada, o usuário desconhecer essa ação e não ter acesso aos novos documentos inseridos e organizados, uma vez que quando a planilha é salva no computador particular do usuário — e não em nuvem —, nenhuma nova atualização aparece. Há ainda o risco de o usuário não saber da existência da planilha, mesmo quando uma busca precisa ser realizada, dentre outros problemas, como a falta de um controle de vocabulário, de inserção de coleções fotográficas,

de remissivas entre negativos e ampliações, de filtros mais específicos de busca, e da contextualização sobre o local da fotografia.

Para isso, é preciso compreender os princípios que norteiam a representação da informação, para garantir que um modelo adequado seja produzido e permita que os usuários accessem com facilidade as fotografias do acervo do NGD/DPH.

### 3 A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Representação e Informação são por si só conceitos que carregam múltiplos significados, podendo ser interpretados de diversas maneiras, a depender de seu contexto de aplicação. Pensando nisso, explicita-se que a informação, para a finalidade deste trabalho, entende-se por ser “[...] o conjunto de dados que permite extrair algum significado, podendo favorecer a obtenção de conhecimento” (Lima; Alvares, 2012, p. 24), independentemente de seu suporte documental, seja ele um documento textual ou imagético.

A definição de Representação pode ser concedida sob diversas perspectivas, incluindo a visão cultural. Segundo Hall (2016, p. 31, grifo do autor), “Representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura”, enquanto que o ato de representar “[...] *envolve* o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos”. Isto é, a linguagem é um veículo de representação comumente utilizado dentro de uma cultura, unindo os seus falantes por meio das interpretações das vivências que são comuns a todos. Uma comunidade ou grupo social, por exemplo, conecta todos os seus falantes através da linguagem, entendida como a representação escrita e falada do que é observado num contexto.

Por esse motivo, os estudos da Representação sob a ótica da cultura e sob as óticas documental e linguística estão próximos, dado que acreditam que a “[...] Representação significa utilizar a linguagem para, inteligivelmente, expressar algo sobre o mundo ou representá-lo a outras pessoas” (Hall, 2016, p.31). Da mesma maneira, a representação pode ser analisada sob óticas diferentes como a filosófica, linguística e documental (Kobashi, 1996).

Kobashi (1996, p. 11) destaca a visão sobre Representação segundo a tradição filosófica, em que esta “[...] refere-se aos diversos modos de apreensão de um objeto. Assim, no sentido aristotélico, a representação é associada à fantasia intelectual ou sensível, enquanto, para os estóicos, ela está relacionada à impressão direta ou indireta”. Já para a Linguística, a representação é “[...] um conceito associado ao aparecimento da imagem verbal-mental, no falante. Desse modo, a linguagem está no lugar de outra coisa [...]” (Kobashi, 1996, p. 11). As duas definições sugerem o aparecimento de algo concreto e algo imaginário perante o falante, entendendo-se a linguagem como a ferramenta que traduz essa expressão imaginária, cognitiva, para o campo concreto, das palavras e significados.

Apesar de concreta, a representação proporcionada pela linguagem é apenas ilustrativa, uma vez que a palavra não substitui o objeto em si, mas apenas o representa, de modo mais intuitivo e rápido. Essa rapidez proporcionada pela representação é relevante para o tratamento documental, haja vista que as informações escritas e visuais, de livros e fotografias, por exemplo, precisam ser expressas em palavras e de maneira rápida para que o usuário interprete e receba o conteúdo de um determinado documento. Por isso, perante o estudo da Documentação, a representação “[...] é um conceito pré-teórico, associado, de um lado, à descrição de aspectos que identifiquem materialmente os documentos (catalogação) e, de outro, ao processo e ao produto da condensação de conteúdos de textos [...]” (Kobashi, 1996, p.11).

Semelhantemente, para a Ciência da Informação, a representação é o caminho que garante que o usuário tenha acesso às informações das quais necessita, sendo uma ponte entre este e o documento (Novellino, 1996). Neste mesmo contexto, a representação, segundo Albuquerque, Gaudêncio e Santos (2019, p. 13):

[...] além de se constituir como uma atividade pragmática, se amplia como campo de estudos teóricos e aplicados que objetivam responder aos problemas e efeitos da informação na cultura pós-moderna a fim de tornar os registros informacionais acessíveis à sociedade.

Ou seja, o processo de representar uma informação através da linguagem tende a torná-la mais democrática a todos, pois sintetiza uma informação, atualizando o usuário sem ocupar grande parte de seu tempo, o que é crucial para as relações imediatistas do presente.

Novellino (1996, p. 38) considera que

a organização do conhecimento [...] diz respeito ao desenvolvimento e avaliação de teorias para análise de determinadas áreas de assunto visando a elaboração de instrumentos e métodos para a representação das informações geradas nessas áreas de assunto.

As teorias, métodos e instrumentos desenvolvidos pela Organização do Conhecimento se fortalecem com a interdisciplinaridade que envolve a área, consolidando a estruturação do conhecimento para que mais informações sejam representadas e recuperadas dentro de um sistema.

Os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs), do inglês *Knowledge Organization Systems* (KOS), possuem como finalidade gerar estruturas e esquemas para

organizar dados, visando a recuperação, raciocínio e a descoberta de informações (Soergel, 2009), criando uma “[...] relação dialógica e interdisciplinar entre a Teoria da Classificação, a Análise Documentária, as Ciências Cognitivas, a Linguística, a Ciência da Computação e a Terminologia, por exemplo” (Albuquerque; Gaudêncio; Santos, 2019, p. 19). Todas essas áreas do conhecimento alimentam os Sistemas de Organização do Conhecimento, gerando produtos que organizam as informações documentárias tanto em meios físicos quanto digitais, e podem ser utilizadas em conjunto ou separadamente.

O quadro abaixo, formulado com base nas pesquisas de Hodge (2000)<sup>20</sup> e no padrão ANSI/NISO Z39.19-2005<sup>21</sup> (Zeng, 2008<sup>22</sup> *apud* Albuquerque; Gaudêncio; Santos, 2019, p. 20), apresenta algumas tipologias de Sistemas de Organização do Conhecimento, evidenciando desde as mais tradicionais, como as listas de autoridades e dicionários, amplamente utilizadas em um contexto analógico, até as contemporâneas e mais atuais, como taxonomias e ontologias, aplicadas em redes virtuais, a exemplo de sites de *e-commerce*, evidenciando a pluralidade dos produtos gerados pelos Sistemas de Organização e que são capazes de representar, através de termos, as mais variadas informações.

**Quadro 2:** Tipologias de Sistemas de Organização do Conhecimento

<b>Lista de Termos</b>	<b>Modelos semelhantes a metadados</b>	<b>Classificação e Categorização</b>	<b>Modelos de Relações</b>
Dicionários	Listas de autoridades	Cabeçalhos de assuntos	Tesauros
Glossários	Diretórios	Taxonomias	Redes semânticas
Anéis de sinônimos	Gazetteers	Esquemas de classificação	Ontologias

**Fonte:** Produzido pela autora com base em Zeng, 2008 *apud* Albuquerque; Gaudêncio; Santos, 2019, p. 20.

<sup>20</sup> Referência: HODGE, G. **Systems of knowledge organization for digital libraries: beyond traditional authority files.** Washington: Council on Library and Information Resources, 2000.

<sup>21</sup> Referência: ANSI/NISO Z39.19-2005. **Guidelines for the construction, format and management of monolingual controlled vocabularies.** Bethesda: NISO, 2005. Disponível em:

<https://www.niso.org/publications/ansiniso-z3919-2005-r2010>. Acesso em: 30 jul. 2024.

<sup>22</sup> Referência: ZENG, M. L. **Knowledge Organization Systems (KOS).** Knowledge Organization, v. 35, n. 2/3, p. 160-182, 2008.

Para garantir uma representação padronizada e menos ruídos, as listas de termos, modelos de metadados, classificação e categorização e os modelos de relação tendem a seguir um controle de vocabulário, que garantem que os termos pesquisados em uma busca sejam padronizados e recuperados pelos usuários com maior precisão. Desse modo, as principais características de um vocabulário controlado “[...] são as relações entre seus termos, como o controle de sinonímia, a estrutura hierárquica e a relação associativa” (Santos; Jesus; Luca, 2015, p. 5). As etapas de elaboração de vocabulários controlados são longas, demandam estudos contínuos, precedem a representação da informação e devem considerar as particularidades da documentação a ser representada.

Consequentemente, a representação da informação deve garantir a recuperação pelo usuário, seja por meio de listas de termos, referências bibliográficas, fichas catalográficas, etc., tornando-se importante entender como o profissional da informação deve agir para representar um documento, pois o seu trabalho na identificação dos termos na entrada do sistema garante a satisfação e o sucesso da recuperação final pelo usuário.

Para tanto, segundo Lancaster (2004), o bibliotecário deve garantir que o documento cuja representação será gerada esteja contextualizado com a população de documentos do acervo em que está inserido, ressaltando que o documento passa por várias formas de descrição, iniciando-se pela catalogação descritiva, em que os elementos bibliográficos, como título e autores, por exemplo, são identificados e inseridos num sistema. Em seguida os assuntos do documento são identificados através da chamada indexação, e poderão ser apresentados aos usuários da mesma maneira como foram encontrados no documento (termos livres) ou após serem extraídos de um vocabulário controlado, como um tesauro (Lancaster, 2004).

Os termos identificados no documento alimentam e são padronizados pelos vocabulários controlados, onde ocorre a transformação da linguagem natural para a linguagem documentária (Lancaster, 2004), sendo inseridos posteriormente em um sistema de recuperação por assunto, em que o usuário, conhecendo a temática de sua busca, irá pesquisar e recuperar o documento desejado. Assim, o processo de indexação situa-se na grande área da Análise Documentária, pois os termos são encontrados após a leitura documentária e o estudo do documento, gerando os resumos, tesauros, taxonomias, ontologias e etc.

Kobashi (1996, p. 9) também concorda que

a elaboração de informações documentárias, independentemente do corpus documental ou do sistema documentário no interior do qual se realiza, compreende um conjunto de operações, esquematizáveis em três fases: ler um texto; selecionar, no mesmo, o conteúdo informacional considerado pertinente para usos determinados; representar, ou seja, dar forma às informações selecionadas, de modo a tomá-las documentariamente manipuláveis.

Neste sentido, pode-se resumir que o ato de representar a informação consiste na leitura do documento, selecionando os assuntos que melhor o descrevem e que possuem potencial para se tornarem termos de busca recuperáveis pelos usuários, afinal o objetivo da representação é promover a recuperação da informação através de assuntos, que muitas vezes são controlados por vocabulário para garantir uma padronização e mais assertividade na recuperação feita pelo usuário.

### **3.1 A Representação da Informação Iconográfica**

A representação da informação mostra-se como uma ferramenta organizacional muito utilizada na Ciência da Informação, uma vez que é através dela que os produtos para a recuperação e o acesso são organizados, garantindo que os itens documentais sejam recuperados com mais assertividade pelos usuários, fortalecendo o caminho até a geração de novos conhecimentos.

Em um mundo onde as imagens e vídeos curtos ganham cada vez mais notoriedade — até mesmo mais do que a própria leitura de textos — saber representar informações iconográficas em acervos e centros de documentação torna-se indispensável, principalmente quando o acervo em questão é especializado em temáticas que são ressaltadas e melhor visualizadas pela fotografia, como no caso do acervo do Núcleo de Gestão Documental, especializado em arquitetura e patrimônio histórico cultural.

Contudo, antes de compreender como a representação da imagem pode ser feita, é preciso destacar que a fotografia surge por volta do século XIX, momento em que foi considerada um artefato raro, demorado e de difícil acesso, tornando-se mais difundida apenas no contexto da Revolução Industrial, acompanhando as mudanças econômicas e socio-culturais (Pedrosa; Hubner; Andretta, 2019). A partir de então, a fotografia passa a registrar cenários diversos, desde o retrato das famílias mais abastadas até o dia a dia do trabalho e a chegada e partida de pessoas em viagens.

Segundo Sontag (2004), a fotografia desenvolveu-se na mesma linha de crescimento do turismo, uma das novas atividades modernas que não pode ser realizada sem ser registrada. Ainda segundo a autora (2004, p. 11), “parece decididamente anormal viajar por prazer sem levar uma câmera. As fotos oferecerão provas incontestáveis de que a viagem se realizou, de que a programação foi cumprida, de que houve diversão”. Ou seja, muitas das fotografias registradas em viagens enaltecem a cultura e a arquitetura do local, registrando no tempo como as edificações e os costumes de uma comunidade, por exemplo, se estruturam, possibilitando comparações e estudos caso essas fotografias sejam devidamente guardadas, identificadas e representadas.

Dessa maneira, observa-se que as fotografias, tanto aquelas geradas com o propósito de guardar a memória para futuros estudos, quanto aquelas tiradas no dia a dia, apenas para registrar um momento particular em família, por exemplo, são capazes de guardar em si um significado, pois carregam consigo uma mensagem que pode ser compartilhada. Essa mensagem, ao invés de ser transmitida em palavras, é compartilhada por meio de signos visuais, podendo ser estudadas enquanto fotografia-índice ou fotografia-ícone (Smit, 1996).

Em definição, as teorias gerais dos signos (Peirce, 1982<sup>23</sup>; Saussure, 1997<sup>24</sup>; Fiorin, 2004<sup>25</sup>, *apud* CENTRO..., [s.d.]) nomeiam como signos não verbais o ícone, o índice e o símbolo. O ícone apresenta-se como um signo que identifica e pode substituir o objeto que está sendo representado, enquanto que o índice aponta para algo que ele representa, sem ocupar o seu lugar, apenas indicando que há um objeto; e por fim o símbolo, caracterizado por ser um elemento que remete a objetos abstratos. Para tanto, segundo Smit (1996), o conceito de fotografia-índice é mais promissor para os estudos da Documentação e Ciência da Informação ao se tratar da representação imagética, pois

afirma a existência de um documento, no qual o referente se faz muito presente, mas que não se confunde com este, como proposto pelo conceito da fotografia-ícone. Isto quer dizer que a imagem fotográfica, por mais que mostre como a coisa foi [...] não é forçosamente igual ao objeto enfocado, justamente porque este foi selecionado (segmentando o espaço), enquadrado, iluminado, etc. (Smit, 1996, p. 30).

---

<sup>23</sup> Referência: Peirce, Charles Sanders. **Writings of Charles S. Peirce**, vol. 1: 1857-1866. Bloomington, 1982. In: Indiana Univ. Press.

<sup>24</sup> Referência: SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1997.

<sup>25</sup> Referência: FIORIN, José Luiz. Teoria dos signos. In: FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à Linguística – I: Objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 55-74.

Desse modo, retomando a ideia de Novellino (1996) de que a representação de um documento textual deve ser feita com a substituição do texto do documento por uma descrição abreviada, seja por um resumo ou por palavras-chave, no documento iconográfico o processo se assemelha, como concorda Manini (2002, p. 48) ao relatar que

a operação da Análise Documentária de Documentos Fotográficos também deve ser pensada em termos da representação escrita e da posterior recuperação da informação imagética por parte do usuário.

No entanto, quando se trata de imagens sendo representadas esse processo mostra-se mais difícil, pois é preciso representar a mensagem que a imagem quer passar, e não o objeto da imagem em si, ainda assim sem transmitir opiniões particulares ou induzir cenários fictícios, sendo necessário recorrer sempre ao contexto original da fotografia e a intenção de registro.

Ademais, para a realização da representação imagética é necessário notar que as fotografias carregam consigo informações provenientes da mensagem que a imagem quer passar — geralmente implícita e decifrável a partir do repertório e conhecimento do contexto por parte do profissional da informação — e também informações descritivas que a acompanham em alguns casos, como o nome do fotógrafo e a data de realização, por exemplo. Os dois grupos de informações devem gerar termos fiéis à imagem, dado que servirão para a recuperação feita pelos usuários.

Além disso, cabe ao profissional da informação reconhecer que o usuário que busca pelas fotografias enquanto objeto de estudo certamente conhece o espaço-tempo e o assunto que está buscando (Manini, 2002), sendo necessário estabelecer maneiras de recuperação que condizem com a expectativa do usuário, isto é, disponibilizando os metadados e termos mais adequados para o contexto do acervo e de busca do usuário.

Igualmente, “a análise de fotografias prevê a transposição de elementos do código imagético para o verbal: parte-se da fotografia e o resultado é verbal [...]” (Manini, 2002, p. 50), exigindo que uma adequada análise imagética seja realizada. Para isso, metodologias de análise e representação da informação foram estruturadas e continuam em desenvolvimento para garantir uma recuperação mais assertiva por parte dos usuários. Segundo Manini (2002) e as pesquisas realizadas pela literatura da área, Dubois (1994), Panofsky (1991), Shatford (1986) e Smit (1987; 1996) contribuíram muito para o campo de estudo e inspiram as novas metodologias que se desenvolvem.

### **3.2 Análise do Manual para Indexação de Documentos Fotográficos da Fundação Biblioteca Nacional**

A Fundação Biblioteca Nacional (BN), principal órgão de referência para as bibliotecas brasileiras, já havia expressado sua preocupação com o tratamento a ser oferecido para as imagens em 1998, visto que a forma de representá-las é diferente da textual e o acervo imagético da instituição é de estimada importância para a nação (Alves; Valério, 1988). Dessa maneira, neste mesmo ano, foi publicado pela Divisão de Iconografia da Fundação Biblioteca Nacional o *Manual para Indexação de Documentos Fotográficos*, produzido por bibliotecários com o objetivo de apresentar ao público como o tratamento da documentação fotográfica era realizado pela instituição (Alves; Valério, 1988).

As atividades desenvolvidas para tratar a documentação fotográfica faziam parte do projeto intitulado “Profoto”, o Projeto de Preservação e Conservação do Acervo Fotográfico, que resultou nas verificações e estudos que geraram o manual de indexação (Alves; Valério, 1988). Ainda assim, o manual torna claro que o seu objetivo não é ensinar a indexação, mas sim “[...] direcionar a visão do indexador para o ponto de vista da instituição, que se baseia no tipo de acervo que possui, no tipo de usuário diversificado que atende e nas suas características de biblioteca nacional” (Alves; Valério, 1988, p. 7).

Tal colocação relembra que a sugestão de uma representação da informação para um acervo deve levar em consideração o objetivo da instituição, o público que irá recuperá-la e qual a informação a ser compartilhada, especialmente em casos de documentos iconográficos, pois uma mesma fotografia pode expressar informações diferentes a depender de seu contexto. Sontag (2004, p. 17) relembra que “as fotos são apreciadas porque dão informações. Dizem o que existe; fazem um inventário. Para [...] os arqueólogos e outros profissionais da informação, seu valor é inestimável”. Dessa forma, o manual de indexação da Fundação Biblioteca Nacional visa também inspirar a criação de novas condutas, levando em consideração as singularidades de cada acervo iconográfico.

Segundo o *Manual para Indexação de Documentos Fotográficos* (1998), o tratamento fotográfico deve ser precedido por pesquisas, para que o contexto fotográfico seja compreendido e posteriormente representado. Para isso, podem ser empregadas perguntas norteadoras, como quem é o fotógrafo, quando, onde, quem ou o que foi fotografado, sendo

que ao descobrir o autor da fotografia outras informações, como o local e a data, podem ser desvendadas na sequência, uma vez que se sabe que a maior parte do acervo fotográfico da Fundação é do século XIX (Alves; Valério, 1988). Em outros acervos, tais deduções e aproximações para obter uma informação devem ser feitas com cuidado e embasadas em fontes sólidas, evitando que informações equivocadas sejam tomadas como verdades e aplicadas à representação.

Igualmente, o Manual ressalta que as pesquisas realizadas geram resumos cujos assuntos principais são detectados pelos indexadores e posteriormente transcritos para o vocabulário controlado, não retirando a constante necessidade do indexador observar a fotografia, garantindo que as informações sejam registradas com fidelidade (Alves; Valério, 1988). Ainda assim, para organizar melhor a realização das pesquisas e consequentemente o tratamento fotográfico, a BN dividiu as suas coleções em três, considerando para isso três assuntos principais que as guiavam: um nome (Dom Pedro II ou D. Thereza Christina Maria), uma localidade (Brasil ou o restante do mundo) e uma data (século XIX ou XX). Porém, para o contexto da BN é importante sempre relacionar a localidade e a data das fotografias ao nome do Imperador Dom Pedro II (Alves; Valério, 1988).

Observa-se ainda que as duas primeiras coleções fotográficas da biblioteca focam em evidenciar paisagens brasileiras, personalidades e acontecimentos históricos, sempre mencionando o nome de ruas, planos de visualização das imagens – isto é, se um prédio está ao fundo ou em primeiro plano, por exemplo – pontos de referência e os nomes antigo e atual das edificações e ruas devem constar da descrição da fotografia. Esse modelo de descrição assemelha-se ao ideal a ser aplicado nas fotografias do Núcleo de Gestão Documental do DPH, uma vez que as paisagens e elementos arquitetônicos são o foco de busca dos usuários. Veja um exemplo de descrição fotográfica retirado do Manual para Indexação da Biblioteca Nacional:

**Quadro 3:** Descrição fotográfica da Fundação Biblioteca Nacional I

[Palacete Leopoldina, Rio de Janeiro, RJ, entre 1865 e 1880] / Sthal & Wahnschaffe. 1 foto : papel albuminado, p&b ; 21 x 26 cm.
---

**Resumo:** residência do Duque de Saxe na rua do mesmo nome, antiga Rua D. Januária, atual General Canabarro no Engenho Velho, hoje Tijuca. Foi de 1908 a 1911 patrimônio do Orfanato Osório, quando passou a ser Escola Superior de Agricultura, depois sede da Escola Normal de Artes e Ofícios

Wenceslau Brás. Depois de demolido, em seu lugar foi construído o prédio que passou a abrigar a Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca.

1. Castelos e palácios - Brasil - Rio de Janeiro (RJ). 2. Cópia fotográfica albuminada. I. Sthal & Wahnschaffe.



**Fonte:** (Alves; Valério, 1988, p. 15-16).

O resumo, resultado da pesquisa realizada por bibliotecários e historiadores, é mantido na representação da imagem, permitindo que os usuários acessem as palavras-chaves e conheçam melhor o contexto da fotografia, bem como possibilita a criação de conexões entre as informações de diferentes períodos históricos. No que diz respeito à recuperação das informações, o Manual apresenta que o software Micro CDS-Isis era utilizado para recuperar termos de qualquer campo de registro, inclusive do resumo, pautando-se numa lista alfabética de termos, em que termos geográficos eram comumente mais recuperados, devido a natureza do acervo (Alves; Valério, 1988). Os assuntos tópicos, ou termos gerais, também eram empregados, pois acredita-se que “[...] o pesquisador tenha sempre a opção de selecionar o assunto num termo geral, caso não saiba o nome certo do que procura” (Alves; Valério, 1988, p. 18), garantindo a recuperação da informação, mesmo que essa venha acompanhada de ruídos.

Semelhantemente, faz-se importante recordar que “as fotos mostram as pessoas incontestavelmente presentes num lugar e numa época específica de suas vidas; agrupam pessoas e coisas que, um instante depois, se dispersaram, mudaram [...]” (Sontag, 2004, p.

43), analisando o quanto necessária é a preservação da memória através das fotografias, especialmente quando a imagem a ser preservada é a de uma cidade, de um núcleo urbano que passa rapidamente por transformações, como ocorre com as grandes cidades. Por isso, o Manual de Indexação da BN (1988) também separa um capítulo em que orientações são passadas para que ocorrências comuns à fotografia sejam devidamente registradas, como por exemplo o estabelecimento de um assunto tópico para cada edifício em específico, isto é, chamar uma casa de casa, uma escola de escola e uma igreja de igreja, seguida de seu nome mais atual e uma nota, caso anteriormente o edifício tenha tido outro nome ou ocupação.

Outros exemplos sugerem ainda que, se em uma fotografia de vista geral houver alguma edificação ou acidente geográfico em primeiro plano, essa edificação deve ter o seu termo geral utilizado como termo principal para a recuperação, sendo acompanhado por um resumo para que mais informações sobre aquela imagem sejam expostas, garantindo também a recuperação por assuntos secundários (Alves; Valério, 1988). Veja no exemplo abaixo, que os assuntos dão destaque para os elementos que aparecem em primeiro plano, como a ponte:

**Quadro 4:** Descrição fotográfica da Fundação Biblioteca Nacional II

Fridrich, F. [Praga, Tcheco-Eslováquia, 1871] / F. Fridrich. — Prag : F. Fridrich, [1871?]. 39 fotos : papel albuminado, p&b ; 16 x 29 cm a 26 x 21 cm.

**Resumo:** monumentos históricos, edifícios, igrejas, avenidas, praças e vistas parciais da cidade de Praga, às margens do rio Vltava.

1. Monumentos e memoriais - Tcheco-Eslováquia - Praga. 2. Edifícios - Tcheco-Eslováquia - Praga. 3. Pontes - Tcheco-Eslováquia - Praga. 4. Praças - Tcheco-Eslováquia - Praga. 5. Rios - Tcheco-Eslováquia - Praga. 6. Vltava, Rio



**Fonte:** (Alves; Valério, 1988, p. 26).

O Manual destaca que há “[...] uma variedade de processos fotográficos e de formatos de época. E é crescente o interesse e a importância dada pelos pesquisadores a essas características dos documentos fotográficos” (Alves; Valério, 1988, p. 34), explicitando que as características físicas dos documentos iconográficos também devem ser indexadas, pois a depender do pesquisador e da variedade das tipologias do acervo, essas podem auxiliar na descrição e ainda na recuperação final pelo usuário. Ademais, as características físicas que o manual sugere que sejam indexadas são: o processo de produção/técnica, estágio de produção/versão, equipamento fotográfico e formato (Alves; Valério, 1988).

Outras categorias também são adotadas para a indexação, como a chamada indexação por gêneros, que lista o método de projeção/ponto de vista, propósito do trabalho, características da época de criação da imagem, ocasião de publicação e métodos de representação/temas das fotografias (Alves; Valério, 1988), sendo que os métodos de representação listam temas das fotografias que resumem todos os outros gêneros (método de projeção, propósito de trabalho, características da época e ocasião de publicação), permitindo que nenhuma informação fique sem ser representada. Recorda-se que todos os termos indexados são representados na sequência com base em uma lista de termos controlada.

### **3.3 Análise da metodologia de Erwin Panofsky**

Os estudos realizados pela Fundação Biblioteca Nacional referente à iconografia e fotografia se tornaram referência para as bibliotecas e dispositivos culturais brasileiros devido a sua confiabilidade e precisão na descrição das informações, cuja fonte de informação principal provém da Library of Congress (LC) (Alves; Valerio, 1988), que se baseia em metodologias há tempos estudadas por grandes nomes da área, como Erwin Panofsky. Tais estudos se mantêm atualizados e possibilitam atuais aplicações, mesmo em um contexto em que as fotografias podem facilmente ser lidas por inteligências artificiais (IA).

Em suas investigações, Panofsky pesquisa sobre a Iconografia, definida por ser “[...] o ramo da história da arte que trata do tema ou mensagem das obras de arte em contraposição à sua forma” (Panofsky, 1991, p. 47), e inicia destacando que todos os objetos e fatos da sociedade provocam ações em cada um, gerando interpretações que são motivadas pelos contextos coletivos e de cada um.

Neste sentido, as obras de arte também podem ser lidas e influenciadas pelos contextos, gerando interpretações e significados, que segundo Panofsky (1991) podem ser de três tipos: tema primário ou natural, que se subdivide em fatual e expressional, que consiste na compreensão sobre as formas puras, enxergando-as como elas são. Isto é, se em uma imagem há um quadrado, este será lido apenas como um quadrado, sem interpretações avançadas. Esse nível de interpretação é o pré-iconográfico.

Na sequência há o tema secundário ou convencional, que consiste na compreensão sobre o que os conjuntos de signos da imagem desejam representar. Por exemplo, Panofsky (1991, p. 50) indica que “[...] uma figura masculina com uma faca representa São Bartolomeu, [e] que uma figura feminina com um pêssego na mão é a personificação da veracidade [...]”, indicando que o artista, ao unir tais símbolos, intenciona indicar uma nova imagem, que será interpretada dentro de um contexto. Este nível é chamado de iconográfico.

O terceiro significado é chamado de intrínseco ou conteúdo, podendo ser entendido como a interpretação da imagem feita pelo receptor com base em seu repertório cultural, referências culturais, sociais, religiosas, filosóficas e de qualquer outra natureza. Neste nível, chamado de iconológico (Panofsky, 1991), o receptor pode ler a obra de arte de maneira completamente diferente da proposta pelo autor, pois dependerá, justamente, das referências de seu repertório.

Ademais, pode-se considerar que os níveis pré-iconográfico, iconográfico e iconológico são níveis de interpretação que exigem dos receptores uma contextualização prévia sobre as imagens que irão analisar, uma vez que o nível iconológico, principalmente, fornece abrangência de interpretações sobre a imagem, atividade que deve ser realizada com cuidado, pois análises equivocadas podem ser feitas e transmitidas aos usuários. Ressalta-se ainda que, segundo a metodologia de Panofsky (1991), as imagens são interpretadas de maneira mais subjetiva e abstrata, explicitando a mensagem que a imagem quer passar, recuperando, para isso, termos mais abstratos.

Manini (2002, p. 74), citando Panofsky (1991) e Shatford (1986), destaca que:

Shatford parte da categorização de Panofsky (níveis pré-iconográfico, iconográfico e iconológico) para desenvolver suas considerações a respeito do DE e do SOBRE. Ela os distingue da seguinte maneira: uma análise iconográfica possibilita que se identifique especialmente DE que é uma imagem, mas também torna possível a percepção de alegorias, personificações e símbolos para analisar SOBRE o que é uma imagem.

Assim, evidenciando brevemente a principal ideia da metodologia de Sara Shatford (1986), em comparação à metodologia de Panofsky (1991), identifica-se que a imagem representa algo, mas pode ser lida de outra forma, pois o DE e o SOBRE na imagem podem expressar significados diferentes, sendo o DE mais concreto e o SOBRE mais abstrato (Maimone; Gracioso, 2007).

Por conseguinte, em acervos históricos e que salvaguardam a memória, disponibilizar tais interpretações sobre o tema e o contexto das imagens auxiliam o usuário a compreender melhor o contexto histórico e a época em que a fotografia está inserida, cabendo ao profissional da informação o papel de filtrar os temas das imagens e representá-los em termos, destacando tanto os significados iconográficos quanto os iconológicos.

### **3.4 A metodologia de Johanna Smit**

As metodologias de Erwin Panofsky (1991) e Sara Shatford (1986) foram nucleares para embasar novas metodologias e manuais de representação de imagens, como o exemplo do *Manual para Indexação de Documentos Fotográficos* (1998), da Fundação Biblioteca Nacional. Esses estudiosos influenciaram ainda o desenvolvimento de pesquisas no Brasil, como no caso da bibliotecária e doutora em Análise do Discurso Johanna W. Smit, que junto à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) contribuiu com o enriquecimento do campo da análise de imagens.

Em *A Representação da Imagem* (1996, p. 29), Smit delimita o seu estudo à imagem fotográfica, mencionando que a sua análise não pode ser realizada como a análise de textos, pois “o estatuto da imagem fotográfica distingue-a do texto [e porque] a utilização da imagem fotográfica (e da imagem em geral) não se baliza unicamente por seu conteúdo informacional, mas também por sua expressão fotográfica”, sendo necessário extrair da imagem mais do que ela exibe, destacando o momento de construção, contexto, objetivo ao ser tirada e como ela pode ser utilizada atualmente.

Dessa maneira, Smit (1996) relembra que Dubois (1994) observa a imagem a partir de seu uso, distinguindo três percepções sobre ela: a fotografia como espelho do real, como transformação do real e como traço do real. A fotografia enquanto espelho do real, também nomeada fotografia-ícone, objetiva indicar a realidade, transmitindo ao receptor exatamente aquilo que foi retratado, como se a imagem fosse o próprio objeto em frente ao receptor (Dubois, 1994 *apud* Smit, 1996).

Já a fotografia como transformação do real mostra-se como uma segunda fase de análise das imagens fotográficas, pois neste momento as imagens não são mais vistas como idênticas ao real, passando a serem vistas como “[...] uma realidade relativizada pela codificação cultural e ideológica. Nesta acepção, a imagem fotográfica é assimilada ao símbolo peirceano” (Smit, 1996, p. 29, grifo da autora). Logo, a imagem simboliza uma ação e um contexto, representando uma ocorrência que pode sofrer com interpretações provenientes do repertório de cada um, como já havia sido amplamente discutido no nível iconológico de Panofsky (1991).

A terceira percepção é a de fotografia como traço do real, ou fotografia-índice, que se relaciona tanto com o seu referente quanto com a relatividade cultural da imagem, sendo essa percepção a mais adequada ao dar início a uma análise de imagens, conforme Smit (1996), porque a imagem carrega a interpretação que quer passar ao receptor e, também, permite que este receptor a interprete como documento, retratando que ela não é o objeto exibido, mas sim apenas a sua representação.

Neste sentido, explicita-se que a representação de imagens requer análises de diversos aspectos, como da transparência, da transcodificação, das informações técnicas e da interpretação, chamadas de Condições de Análise (Smit, 1987), pois diferente de um texto, a imagem muitas vezes não será recuperada pelo título e autor, mas sim pelo seu contexto e assuntos concretos e subjetivos. Por exemplo, um usuário pode procurar a imagem de um operário cansado ou de um motorista de ônibus atento ao trajeto, cabendo ao profissional da informação sintetizar em palavras esse estado emocional de cansaço e atenção. Para isso, conhecer o que o usuário busca recuperar é primordial, pois uma mesma imagem pode trazer diversos significados (Smit, 1987).

Assim, “[...] analisar uma imagem significa, quer queiramos quer não, ‘traduzir’ certos elementos desta imagem de um código icônico para um código verbal” (Smit, 1987, p. 103), estruturando os termos extraídos em um vocabulário controlado para mapeá-los, facilitando a recuperação sem desconsiderar que toda imagem é polissêmica, mas mantendo o contexto de produção da imagem próximo a ela, pois “há exemplos e mais exemplos de imagens que são consumidas deslocadas de suas condições originais de produção e, muitas vezes, este deslocamento passa totalmente despercebido” (Smit, 1987, p. 102).

Deste modo, torna-se claro que a imagem fotográfica deveria idealmente ser representada através de termos que são capazes de expressar tanto o seu contexto de produção, como o objetivo pelo qual foi realizada, assim como o que a imagem em si exibe e

também as características técnicas que a circundam, como o tipo de papel fotográfico, dado que “no caso das fotografias, estes detalhes ‘técnicos’, referentes à produção do documento, mudam muita coisa e, portanto, devem ser, necessariamente, mencionados na análise” (Smit, 1987, p. 104).

Portanto, segundo Smit (1987), levando em consideração as Condições de Análise, recomenda-se ao profissional da informação que a análise de imagens não seja muito específica e que a recuperação possa oferecer no máximo 30 imagens do grupo fotográfico solicitado pelo usuário, para que este possa analisar quais as imagens que mais correspondem com a sua busca sem sobrecarregá-lo. Para isso, realizar a representação com base nas perguntas QUEM, ONDE, QUANDO, COMO e PORQUÊ torna-se prático e atende às solicitações dos usuários, guiando uma representação mais objetiva, sem excessos e omissões.

### **3.5 Análise da metodologia de Nair Kobashi**

Para representar imagens é necessário utilizar a linguagem para expressá-las, tornando indispensável a utilização da organização escrita para acolher as respostas dadas às perguntas QUEM, ONDE, QUANDO, COMO e PORQUÊ (Smit, 1987), ao DE e SOBRE o que a imagem se refere (Shatford, 1986) e que traduz a imagem iconográfica e iconologicamente (Panofsky, 1991) ao usuário. Como exemplo de organização da linguagem escrita está o resumo, cuja estruturação e finalidade foram amplamente estudadas pela jornalista e bibliotecária Nair Kobashi (1997).

Segundo Kobashi (1997, p. 201), “concebe-se a elaboração de resumos como uma operação que consiste em tratar textos: seleciona-se dos mesmos as informações consideradas essenciais, tendo em vista a produção de um novo texto condensado [...]. Porém, os resumos podem ser utilizados para representar muito mais que textos, podendo representar também as imagens, dado que a seleção das informações que irão compor o resumo também pode ser aplicada sobre as mensagens compartilhadas implicitamente pelas imagens.

Para tanto, os resumos podem ser elaborados sobre os documentos textuais e iconográficos, sempre considerando as informações linguísticas que são compartilhadas explicitamente, através das palavras do texto, ou implicitamente, requerendo que perguntas sejam aplicadas às imagens para que sejam extraídos termos para a representação. Dessa

maneira, Kobashi (1997) propõe como resultado de um produto documentário dois tipos de resumos: o resumo informativo e o resumo indicativo.

Os resumos propostos são estruturados partindo-se do “[...] princípio elementar de que a seleção de dados deve ser antecedida pela compreensão do texto e identificação e hierarquização de informações textuais [...]” (Kobashi, 1997, p. 206), ou seja, é preciso ler o documento e extrair deste as informações mais relevantes e que supram as necessidades informacionais imediatas do usuário, sempre elencando os dados mais significativos da superestrutura do texto ou da imagem original para o contexto de busca.

Assim, o resumo informativo descrito por Kobashi (1997) é estruturado com base em todos os elementos importantes do texto ou da imagem, porém de maneira condensada e direcionada, havendo destaque para o tema, o problema, hipóteses, metodologias, causas e soluções. Por sua vez, o resumo indicativo dará destaque para o tema, problemas, causas e soluções, mostrando-se mais específico.

Recorda-se que Kobashi (1997) aborda em seus estudos algumas tipologias textuais – como o texto expositivo e o dissertativo – para exemplificar quais elementos fazem parte de sua superestrutura, por isso elementos como tema, problema e soluções são destaques nas formulações de seus resumos. Contudo, em outros contextos de formulação, os resumos serão compostos por outros elementos, como no caso das fotografias e negativos, que terão por exemplo a sua localização, objetos, pessoas e datas evidenciadas.

Ademais, o resumo mostra-se como uma ferramenta de representação que não descaracteriza as informações compartilhadas pelo texto ou imagem originais, pois “[...] a condensação pertinente requer procedimentos de coleta de dados subsidiados por mecanismos de **identificação da informação** e sua **integração em blocos**, categorizáveis segundo suas **funções** no texto” (Kobashi, 1997, p. 208, grifo da autora). Desse modo, o resumo informativo torna-se uma ótima estrutura para a representação iconográfica, porque exige uma prévia leitura da imagem, extraíndo seus elementos mais importantes e preservando a mensagem e o contexto explorados pelo fotógrafo.

## 4 PROPOSTA DE MODELO DE REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO ICONOGRÁFICA

Levando em consideração as proposições já expostas no *Manual para Indexação de Documentos Fotográficos* (1998), as metodologias de Erwin Panofsky (1991), Sara Shatford (1986), Philip Dubois (1994), Johanna Smit (1987; 1996) e Nair Kobashi (1997), bem como o contexto informacional do acervo iconográfico do Núcleo de Gestão Documental (NGD), um modelo de representação da informação iconográfica começa a ser traçado visando uma recuperação mais objetiva e padronizada por parte dos usuários internos e externos do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH).

O primeiro passo para a elaboração do modelo de representação foi a compreensão da necessidade de haver uma organização mais padronizada e consolidada para recuperar a documentação iconográfica, uma vez que ela é, muitas vezes, consultada pelos arquitetos e pesquisadores do DPH. Para isso, uma breve reunião entre os integrantes do NGD foi realizada para definir qual a primeira tipologia documental, dentre as tipologias iconográficas, seria a utilizada como “projeto piloto”. Definiu-se então que os negativos seriam os primeiros a serem representados, aplicando o novo modelo de representação. A escolha partiu do princípio de que as Pastas A/Z, que salvaguardam muitos registros fotográficos importantes, como o Inventário dos bairros Bela Vista e Liberdade, não estão todas registradas na atual planilha, bem como necessitam de reorganização e são mais consultadas.

Na sequência, foi lembrado pela equipe do NGD que alguns metadados descritivos já estão em utilização na atual planilha de recuperação, intitulada *Índice Ordem Alfabética*, sendo eles: **arquivo**, referente ao número do arquivo físico em que os negativos estão agrupados; **folha**, que diz respeito à folha em que os negativos estão organizados; **assunto**, sendo geralmente uma frase que resume o que é observável na imagem; **local**, indicando o endereço do edifício fotografado; **fotos de**, que indica a autoria da imagem, sendo o fotógrafo ou quem solicitou a imagem; e **data das fotos**, mencionando o dia, mês e ano, ou somente o ano, em que as fotografias foram feitas.

Os metadados já utilizados são essenciais para uma organização básica da informação, mas por se tratar da recuperação de imagens não são suficientes para fornecer detalhes e contextualizar a imagem para o usuário, soando como termos genéricos e pouco focados na descrição temática das imagens. Do mesmo modo, conhecendo que o NGD possui imagens

sobre edifícios arquitetônicos e elementos que compõem o patrimônio histórico e cultural da cidade de São Paulo, assim como a documentação, muitas vezes, é solicitada por especialistas, torna-se importante atribuir metadados temáticos que correspondam às terminologias da Arquitetura, gerando assim resultados mais precisos no momento da busca.

De maneira semelhante, observa-se que campos com descrições temáticas devem ser adicionados à representação para que as perguntas QUEM, ONDE, QUANDO, COMO e PORQUÊ (Smit, 1987) sejam respondidas e também mais detalhadas, gerando um pequeno resumo informativo que englobe tais informações, auxiliando o usuário a compreender melhor o contexto da imagem e como ela pode ser lida na atualidade. Assim, palavras-chaves também devem ser atribuídas às imagens, seguindo as diretrizes propostas pelo Manual de Indexação da Biblioteca Nacional (Alves; Valério, 1988), indicando que a criação de um vocabulário controlado se torna cada vez mais indispensável para a representação do acervo iconográfico do NGD.

Neste quesito, a realização da inclusão das imagens no novo modelo de representação deve seguir, minimamente, uma padronização nos termos descritivos e de assuntos, para que futuramente os termos de assuntos possam ser incluídos em um vocabulário controlado. A criação do vocabulário controlado manteve-se apenas como uma sugestão e a sua estruturação não foi iniciada pela equipe do NGD, pois esta é uma atividade que demanda tempo e estudos mais aprofundados.

Considerando também o curto orçamento do DPH para implementar um sistema de organização da informação para abrigar o acervo iconográfico — e arquivístico como um todo, uma vez que o acervo bibliográfico já está hospedado no software Alexandria —, a solução encontrada pela equipe do NGD foi a de manter a descrição da documentação em planilha de Microsoft Excel salva em nuvem, haja vista que a ferramenta pode ser consultada por todos os servidores, comissionados, estagiários e jovens monitores do DPH e da Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa, além de recuperar termos diversos e já estar incluso no Pacote Office disponibilizado aos servidores.

No entanto, deve ser estabelecido que todos os funcionários de todos os núcleos do DPH tenham acesso livre para realizar buscas na planilha e, futuramente, ao vocabulário controlado, sem que estes fiquem sob a posse única das bibliotecárias do NGD, como ocorre atualmente com a planilha *Índice Ordem Alfabética*. A planilha e o futuro vocabulário também deve ser disponibilizados a todos os funcionários da Secretaria Municipal de Cultura que a solicitarem, bem como devem ser apresentados aos usuários externos que desejam

recuperar os documentos iconográficos. Ressalta-se que a edição e a alimentação da planilha e do vocabulário estejam habilitadas e sejam feitas apenas pelas bibliotecárias e estagiários de Biblioteconomia do NGD, devido a complexibilidade da descrição fotográfica e a preservação da inserção de informações corretas, além de que a representação fotográfica exige um tratamento mais especializado.

Assim sendo, a sugestão de modelo de representação está abrigado em uma planilha de Microsoft Excel, intitulada *Representação da Informação para Registros Fotográficos*, e os seus metadados descritivos foram pensados a partir dos metadados já utilizados recorrentemente pela Biblioteconomia, como no AACR2 (American..., 1983-1985), mas também a partir das necessidades dos arquitetos do DPH, dos usuários externos e também das Normas Brasileiras de Descrição Arquivística (NOBRADE), levando a descrição para um nível mais detalhado (Brasil, 2006).

Logo, utilizando como “teste” os negativos, negativos revelados e fotografias das Pastas A/Z que ainda não foram descritos, foram estabelecidos campos gerais que servem como “guarda-chuva” para os demais campos, sendo eles Código, Identificação, Datas Limite, Localização Física, Conteúdo e Estrutura, Contextualização e Imagem. Todos os campos mencionados abrigam dados extraídos a partir da catalogação descritiva, exceto o subcampo **Resumo/descrição da imagem**, do campo Contextualização, que deve ser alimentado com base na descrição temática e formará a representação das imagens, conforme as metodologias apresentadas. Cada um dos campos possui as suas respectivas subdivisões e características, conforme o quadro abaixo:

**Quadro 5:** Metadados descritivos da planilha *Representação da Informação para Registros Fotográficos*

<b>CÓDIGO</b>		
<b>Código de referência</b> É o nome do IGEPAC/inventário aos quais os negativos pertencem  EX: IGEPAC Anhangabaú	<b>Tombo</b> É um código alfanumérico crescente que singulariza cada negativo  EX: NEG00001 EX: NEG00105	<b>Nível de descrição</b> Seguindo a NOBRADE, todo IGEPAC terá o seu nível de descrição chamado <i>dossiê ou processo</i> , e cada um dos negativos será um <i>item documental</i>
<b>IDENTIFICAÇÃO</b>		

<b>Título principal</b>	<b>Título secundário</b>	<b>Bairro/mancha/região</b>	<b>SQL</b>
O título principal deve ser o primeiro endereço a que o negativo se refere  EX: Rua Brigadeiro Tobias, 111	O título secundário deve ser o nome como o endereço da imagem pode ser conhecido ou chamado  EX: Hotel Broadway	Em complemento ao IGEpac, o bairro, a mancha e a região inventariadas devem ser mencionadas  EX: Anhangabaú/Centro Histórico (sendo que o IGEpac é do Anhangabaú)	São aos números de identificação de Setor, Quadra e Lote a que pertencem o endereço do negativo retratado  EX: 088.036.0043-4 (SQL de uma única edificação)

### DATAS LIMITE

<b>Data inicial</b>	<b>Data final</b>
Data com dia, mês e ano, ou só ano, em que a fotografia foi tirada ou deu-se início ao processo de fotografias para o inventário  EX: 02/08/1990 EX: 1986	Data com dia, mês e ano, ou só ano, em que a fotografia ou o processo de produção de fotografias para o inventário foi finalizado  EX: 20/08/1990 EX: 1987

### LOCALIZAÇÃO FÍSICA

<b>Número do armário</b>	<b>Referência da pasta</b>	<b>Código da pasta suspensa</b>	<b>Localização do negativo na folha</b>
É o número do armário onde os negativos serão fisicamente armazenados  EX: armário 0001	É o nome que já consta na Pasta A/Z de negativos  EX: Pasta A/Z Diversos I	É o código da pasta-arquivo que receberá os negativos, sendo esta guardada dentro do armário  EX: Pasta 0001	Os negativos estão armazenados na Pasta A/Z por folhas numeradas, tiras e frames (1 negativo), cujos números devem ser mencionados  EX: Folha 12/Tira 4/frame 3

### CONTEÚDO E ESTRUTURA

<b>Descrição física/Dimensão e suporte</b>	<b>DGM</b>	<b>Indicação de responsabilidade</b>	<b>Tipo de coleção (título da coleção)</b>	<b>Técnica</b>
Seguindo uma padronização estabelecida, a descrição física	Seguindo o AACR2, a Designação Geral do Material sempre será	É o nome, ou os nomes, dos operadores da câmera	É o nome da coleção da qual os negativos fazem parte,	A técnica deve indicar o filme, o aparelho e a objetiva fotográfica

sempre será <i>1 negativo</i>	chamada de <i>Registro fotográfico</i>	EX: Rita, Clara e Beto	sendo sempre um <i>IGEPAC</i>	associada ao negativo  EX: Filme: AGFA PAN; Aparelho: Yashica ME-1; Objetiva: ASA 100
-------------------------------	--	------------------------	-------------------------------	---

### CONTEXTUALIZAÇÃO

<b>Resumo/descrição da imagem</b>	<b>Referências/procedência</b>	<b>Notas</b>
*Explicação abaixo*	São as fontes de informação utilizadas para a inserção dos dados na planilha, sendo estas geralmente retiradas da própria Pasta A/Z. Utilizar a frase <i>Informação proveniente do inventário de documentação fotográfica produzido pela Seção Técnica de Levantamento e Pesquisa da antiga Divisão de Preservação do DPH</i>	São todas as informações adicionais necessárias para esclarecer os demais campos do registro e o negativo  EX: A antiga Mansão dos Matarazzo localizava-se onde hoje é a Avenida Paulista, 1230, Bela Vista.

**\*IMAGEM\***

**\*Palavras-chave\***

**Fonte:** produzido pela autora

Observa-se que o quadro acima apenas ilustra um exemplo do trabalho descritivo que antecede a representação temática de uma imagem, mas que não será utilizado para colocar em prática o modelo de representação neste trabalho, uma vez que o quadro indica uma representação descritiva, e não temática, que é o foco do modelo proposto.

Igualmente, o campo Resumo/descrição da imagem é o responsável por acomodar as informações referentes à representação das imagens, cabendo ao profissional da informação alimentá-lo com um breve resumo que seja composto pelos seguintes aspectos: estar evidente

ao usuário que as informações que compõem o resumo são provenientes de pesquisas e da expertise do profissional que o formulou, demonstrando conhecimento sobre o contexto da imagem, assim como deve ressaltar QUEM ou O QUE foi fotografado, destacando pontos de referência arquitetônicos que aparecem em primeiro plano; ONDE foi fotografado, descrevendo o nome antigo e atual do edifício, rua, bairro, etc.; QUANDO foi fotografado, evidenciando o contexto sociocultural do período da produção da imagem; COMO a fotografia foi tirada, exaltando como o processo fotográfico se deu; e POR QUE a fotografia foi registrada, explicitando as intenções do fotógrafo e a mensagem que este gostaria de transmitir com a imagem.

Em muitos casos, nem todas as perguntas serão respondidas de maneira completa ou até mesmo serão respondidas, haja vista que as informações podem não ser encontradas, mas cabe ao profissional da informação representar principalmente O QUE foi fotografado, para que o conjunto de elementos da imagem possa ser explorado — utilizando termos arquitetônicos — e facilmente recuperados posteriormente. Paralelamente, caso a fotografia forneça muitas informações, além de O QUE foi fotografado, o seu contexto, o endereço e a data de produção seguem como elementos prioritários para a representação, haja vista que tais itens são norteadores para o entendimento de qualquer imagem, conforme o *Manual para Indexação de Documentos Fotográficos* (1998).

Os descritores utilizados para a produção do resumo, que não deve ultrapassar 20 linhas, devem ser coletados e armazenados em planilha paralela para que um vocabulário controlado seja estruturado, facilitando a recuperação do usuário, pois termos mais concretos e objetivos são estabelecidos e guiam melhor o usuário pelos assuntos (Smit, 1996). Do mesmo modo, a produção de um resumo informativo, composto pelos termos corretos e não muito extenso torna mais fácil a sua elaboração, permitindo que o bibliotecário possa produzir mais resumos em menos tempo.

Recomenda-se que a imagem do negativo seja digitalizada e inserida logo abaixo do resumo, na linha da planilha *Representação da Informação para Registros Fotográficos*, para que a imagem seja observada e avaliada primeiro digitalmente, e depois, caso solicitada, seja vista fisicamente. O primeiro contato digital garante a salvaguarda da imagem física, prolongando a sua vida e otimizando o acesso do pesquisador, haja vista que a imagem física pode não ser requisitada após a verificação digital, poupando tempo tanto do bibliotecário como do usuário.

Logo, os quadros abaixo apresentam os negativos das Pastas A/Z Diversos I e Diversos II, bem como fotografias do inventário do Bela Vista, sendo representados segundo a metodologia formulada/sugerida.

**Quadro 6:** Edifício Sampaio Moreira

**Resumo:**

Edifício Sampaio Moreira, de estilo arquitetônico eclético, localizado na atual Rua Líbero Badaró, nº 346, Centro Histórico de São Paulo, sendo fotografado à distância, evidenciando os doze andares e o caramanchão no terraço do edifício. Representando a arquitetura eclética presente na cidade de São Paulo no final do século XIX e início do século XX, marcou época por ser o primeiro edifício de grande porte da cidade. Hoje o prédio abriga a Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa de São Paulo e é tombado pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico de São Paulo (CONPRESP).



1. Arquitetura Eclética
2. Edifício histórico
3. Caramanchão
4. Sampaio Moreira
5. Anhangabaú

**Fonte:** Texto produzido pela autora e imagem do Núcleo de Gestão Documental

**Quadro 7:** Casa no Bixiga

**Resumo:**

Casa de arquitetura eclética localizada na Rua dos Ingleses, nº 160, Bixiga/Bela Vista, fotografada de frente para evidenciar suas janelas e varanda de arcos arredondados, bem como os pilares da fachada e os três andares que a compõem. A fotografia de Martinez, feita em 1981, evidencia que a casa sediava o Instituto Paulista de Direito, contando com um estacionamento em sua frente e um prédio já moderno no plano de fundo, destacando o avanço residencial vertical na região do bairro. A fotografia registra no tempo as características do imóvel, que hoje é tombado e conserva sua arquitetura original.



1. Arquitetura Eclética
2. Arcos
3. Varandas
4. Casa no Bixiga
5. Bixiga
6. Bela vista

**Fonte da imagem:** Texto produzido pela autora e imagem do Núcleo de Gestão Documental

**Quadro 8:** Palacete Mourisco**Resumo:**

Palacete Mourisco, cujo estilo arquitetônico mourisco remete ao neoislâmico/neoárabe, localiza-se na Rua Domingos de Moraes, nº 775, Vila Mariana. A fotografia dos anos 2000 destaca a fachada do casarão, composta por arcos em forma de fechadura, portão com arabescos e abóbada em destaque. O palacete contrasta com as demais construções laterais que seguem os modelos arquitetônicos mais brasileiros, e segue com a sua aparência original e bem cuidada nos dias atuais, devido ao tombamento.



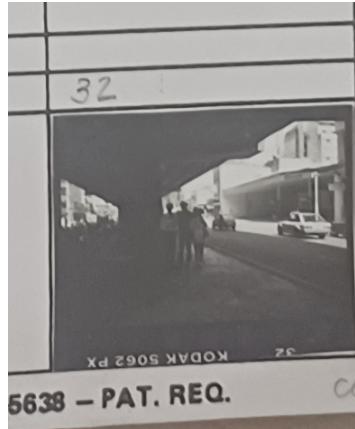
1. Arquitetura Mourisca
2. Casarão
3. Abóboda
4. Arabescos
5. Palacete Mourisco
6. Vila Mariana

**Fonte da imagem:** Texto produzido pela autora e imagem do Núcleo de Gestão Documental

**Quadro 9:** Elevado Presidente João Goulart

**Resumo:**

Grupo de três pessoas posando para foto embaixo do Elevado Presidente João Goulart, popularmente chamado de Minhocão, na altura do bairro Vila Buarque. A fotografia de 1993 exibe a estrutura do viaduto e lateralmente uma avenida com dois carros de passeio, bem como edificações ao fundo. A área onde a fotografia foi feita possui edifícios tombados, sendo considerada uma área envoltória (São Paulo, 1986).



1. Urbanização
2. Viaduto
3. Avenida
4. Minhocão
5. Vila Buarque

**Fonte da imagem:** Texto produzido pela autora e imagem do Núcleo de Gestão Documental

**Quadro 10:** Edifícios Othon e Conde Matarazzo**Resumo:**

Edifício Othon, ao centro, e Edifício Conde Matarazzo, à direita, localizados entre o Vale do Anhangabaú, a Rua Libero Badaró e a Praça do Patriarca, no Centro Histórico de São Paulo. A fotografia de 1990, tirada de uma das extremidades do Viaduto do Chá, revela a movimentação de pessoas no centro da capital, bem como destaca o Edifício Othon, que já foi um dos hotéis mais luxuosos da cidade e atualmente é a sede da Secretaria Municipal da Fazenda. Hoje o Edifício Conde Matarazzo sedia a Prefeitura Municipal de São Paulo, mas inicialmente foi sede das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo e sediou o Banco Banespa.



1. Edifício Othon
2. Edifício Conde Matarazzo
3. Viaduto do Chá  
Prefeitura Municipal de São Paulo

**Fonte da imagem:** Texto produzido pela autora e imagem do Núcleo de Gestão Documental

**Quadro 11:** Edifício Martinelli

**Resumo:**

Edifício Martinelli, de estilo arquitetônico eclético e clássico, estruturado em concreto armado e alvenaria de tijolos, localiza-se entre as ruas Líbero Badaró, rua São Bento e Avenida São João, no Centro Histórico de São Paulo. A fotografia de 1990, tirada da rua Líbero Badaró, evidencia os andares superiores daquele que foi o mais alto arranha-céu da cidade, possuindo atualmente a sua volumetria e fachadas tombadas.



1. Arquitetura Eclética    2. Arquitetura Clássica    3. Edifício histórico    4.  
Edifício Martinelli    5. Centro Histórico de São Paulo

**Fonte da imagem:** Texto produzido pela autora e imagem do Núcleo de Gestão Documental

**Quadro 12:** Edifício o Estado de São Paulo**Resumo:**

Edifício O Estado de São Paulo, também chamado de Hotel Jaraguá, possui arquitetura modernista e localiza-se entre as ruas Martins Fontes e Major Quedinho, na República. Fotografado da rua da Consolação, em 1990, os seus 26 pavimentos aparecem em destaque, assim como uma árvore e algumas pessoas que andam pela rua. Atualmente conserva suas características originais e funciona como hotel.



1. Arquitetura Moderna
2. Edifício O Estado de São Paulo
3. Hotel Jaraguá
4. República

**Fonte da imagem:** Texto produzido pela autora e imagem do Núcleo de Gestão Documental

Com a representação das imagens dos negativos, contatos e fotografias observa-se que tais suportes documentais sempre terão edificações e endereços como elementos norteadores da produção do resumo temático, pois ao tratar-se de um acervo sobre o inventário da cidade de São Paulo — com destaque para a maior parte das fotografias terem sido feitos no centro da cidade —, as edificações e as ruas que a cercam sempre estão presentes nas imagens. Da mesma maneira, é preciso descrever os demais elementos que compõem a imagem de maneira mais sucinta para complementar as informações arquitetônicas que guiam o pesquisador pela análise das fotografias, auxiliando também na diferenciação e escolha adequada destas, conforme intenciona o usuário.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fim de propor um modelo de representação da informação iconográfica para o acervo do Núcleo de Gestão Documental (NGD), do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), estruturado a partir das metodologias já existentes na área, como os estudos de Erwin Panofsky (1991), Johanna Smit (1987; 1996), Miriam Manini (2002), Sara Shatford (1986), Nair Kobashi (1997) e o Manual para Indexação de Documentos Fotográficos, da Fundação Biblioteca Nacional (1988), este trabalho utilizou-se de metodologia qualitativa de caráter descritivo e exploratório, em que foram realizadas pesquisas em bases de dados e na própria documentação disponibilizada pelo NGD/DPH.

Para compreender quais seriam as principais características e como o modelo de representação deveria ser estruturado para melhor representar os documentos iconográficos do NGD, foram traçados quatro objetivos específicos, sendo o primeiro deles a descrição do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), em que pode-se verificar a sua importância enquanto instituição de salvaguarda e memória que surge oficialmente em 1975, com o fim do Departamento de Cultura, idealizado por Mário de Andrade, dentre outros nomes, e com a criação da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo. O DPH, pretendendo proteger, registrar, salvaguardar e inventariar a cidade de São Paulo, retratou por meio de fotografias as transformações que a metrópole paulistana passou ao longo dos anos, gerando assim uma rica massa documental que merece ser consultada pelos cidadãos.

O segundo objetivo específico focou justamente em descrever de quê é composta esta massa documental gerada durante os longos anos do DPH, documentação essa que hoje encontra-se sob responsabilidade do Núcleo de Gestão Documental, constatando-se que a maior parte é composta por fichas de inventário, estudos de tombamentos, desenhos arquitetônicos, cartografia, fotografias e recortes de jornais, todos explicitamente relacionados com a cidade de São Paulo e as modificações arquitetônicas pelas quais a cidade passou.

As fotografias, que estão acomodadas em diversos suportes físicos, como negativos e em papel fotográfico, seguem uma representação incompleta e restrita, pois a atual organização e recuperação não utiliza metadados suficientes e eficientes para representar imagens arquitetônicas, bem como apenas uma pequena parte do acervo fotográfico é representada pela organização atual. No entanto, a atual planilha de representação utilizada

pelo NGD serve como ponto de partida para a proposta de uma representação mais completa e voltada especificamente para imagens arquitetônicas, para que o público — formado majoritariamente por arquitetos — possa recuperá-las através de assuntos mais arquitetônicos, pautados na terminologia da área e que condizem com seus objetivos.

Em continuidade, o terceiro objetivo específico buscou analisar os diversos conceitos de Representação da Informação e Representação Iconográfica, destacando que representar informações consiste em uma ação democrática que sintetiza ao usuário as informações de um determinado conteúdo, podendo este ser um documento textual ou imagético, por exemplo. A depender do conteúdo a ser representado existem tipologias de Sistemas de Organização do Conhecimento que podem ser utilizados e que permitem uma melhor recuperação pelos usuários, como por exemplo os tesouros, os resumos, as taxonomias e as redes semânticas, que utilizam a linguagem e os termos como principais ferramentas.

Desse modo, o quarto objetivo específico analisou o Manual para Indexação de Documentos Fotográficos da Fundação Biblioteca Nacional (1998) e as metodologias de Erwin Panofsky (1991), Johanna Smit (1987; 1996) e Nair Kobashi (1997), passando também por estudos de Miriam Manini (2002), Sara Shatford (1986), Giovana D. Maimone e Luciana Gracioso (2007), resultando no fato de que as fotografias são mais complexas de serem representadas do que os documentos textuais, pois a interpretação que se faz da imagem pode variar de acordo com quem a observa ou o quê é observado, bem como pelo contexto em que a fotografia foi tirada e a mensagem que o fotógrafo desejou transmitir. Dessa maneira, os termos QUEM, ONDE, QUANDO, COMO e PORQUÊ (Smit, 1987), bem como a análise do contexto auxiliam na produção de uma síntese/resumo da imagem, abstraindo as principais informações que devem ser representadas aos usuários.

Logo, o modelo de representação da informação iconográfica foi formulado pensando-se na recuperação pelos usuários com afinidade com a Arquitetura, pois trata-se de um resumo informativo que destaca os elementos arquitetônicos das fotografias, bem como os nomes de ruas, bairros e áreas envoltórias. O resumo, que será armazenado na planilha *Representação da Informação para Registros Fotográficos*, salva em nuvem e que pode ser disponibilizado ao público, deve ser produzido pelo profissional da informação que conhece o contexto das fotografias e que possua noções sobre a Arquitetura, destacando termos que possam ser mais buscados.

Ao longo do desenvolvimento, estudo e estruturação da planilha *Representação da Informação para Registros Fotográficos* observou-se que a representação temática torna-se

mais enriquecida e recebe os melhores termos ao ser formulada após a representação descritiva das imagens. Por esse motivo o modelo de representação proposto exibiu sem profundidade o “guarda-chuva” de metadados utilizados na catalogação descritiva das fotografias e negativos, uma vez que esse passo antecede a produção do resumo e o situa melhor na planilha. Desse modo, a planilha *Representação da Informação para Registros Fotográficos* deve ser preenchida tanto com os metadados descritivos quanto temáticos, sendo acompanhados pela imagem representada e das palavras-chave.

Optou-se pela utilização do resumo e descrição de palavras-chave como ferramentas de representação da informação de imagens porque o suporte de armazenamento da representação é uma planilha, devido às limitações financeiras e contratuais enfrentadas pelo NDG/DPH, além de que ao “traduzir” as imagens em palavras um banco de termos começa a ser formado, gerando um vocabulário controlado que poderá ser utilizado para padronizações futuras. Ainda assim, a utilização da planilha e do resumo organizam digitalmente o registro da documentação fotográfica e permitem que os dados sejam facilmente migrados para um sistema, que poderá ser contratado pelo NGD/DPH futuramente.

Por conseguinte, devem ser realizados mais estudos voltados para a documentação do Núcleo de Gestão Documental do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo, haja vista que o acervo salvaguarda a memória da cidade e as suas transformações, levando até as gerações futuras as imagens que registraram e comprovam a luta pela preservação da arquitetura de São Paulo. Semelhantemente, os estudos na área da Representação da Informação podem ser enriquecidos quando somados às questões de patrimônio histórico e cultural, uma vez que a sua aplicabilidade pode ser levada para diversos acervos, gerando novas análises e avanços para o campo de estudo.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de; GAUDÊNCIO, Sale Mário; SANTOS, Raimunda Fernanda dos. Reflexões Teóricas em Representação da Informação. In: ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de; MARTINS, Gracy Kelli; RIBEIRO, Denyssson Axel (org.). **Organização e representação da informação e do conhecimento: intersecções teórico-sociais**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019. 208 p. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/355>. Acesso em: 01 jul. 2024.

ALVES, Márcia; DALTÉRIO, Rosely Aparecida. Imagem fotográfica da cidade: a memória iconográfica em perspectiva. 30 anos de DPH: Departamento do Patrimônio Histórico da Cidade de São Paulo. **Revista do Arquivo Municipal/Departamento do Patrimônio Histórico**, São Paulo, v. 204, n.1, p. 1-192, 2006.

ALVES, Mônica Carneiro; VALERIO, Sergio Apelian. **Manual para indexação de documentos fotográficos**. Rio de Janeiro: Departamento de processos técnicos - Biblioteca Nacional, 1988. 41 p. Disponível em: [https://www.gov.br/bn/pt-br/central-de-conteudos/producao/documentos/downloads/manualindexacao\\_docs\\_fotograficos.pdf](https://www.gov.br/bn/pt-br/central-de-conteudos/producao/documentos/downloads/manualindexacao_docs_fotograficos.pdf). Acesso em: 26 set. 2024.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION *et al.* **Código de catalogação anglo-americano**. 2. ed. Tradução brasileira sob a responsabilidade da Comissão Brasileira de Documentação em Processos Técnicos da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários. 2. ed. São Paulo: FEBAB, 1983-1985. 2 v.

BOCCATO, V. R. C.; FUJITA, M. S. L. Discutindo a análise documental de fotografias: uma síntese bibliográfica. **Cadernos BAD**, Lisboa, Portugal, n. 2, 2006. DOI: 10.48798/cadernosbad.794. Disponível em: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/cadernos/article/view/794>. Acesso em: 15 jul. 2024.

Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124p. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/nobrade.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2024.

CAMARGO, Luís Soares de. O Arquivo Histórico Municipal e o DPH. 45 anos do DPH: Departamento do Patrimônio Histórico da Cidade de São Paulo 1975-2020. **Revista do Arquivo Municipal/Arquivo Histórico Municipal**, São Paulo, v.207, p. 1-353, 2021.

CANADO JÚNIOR, Roberto dos Santos. A criação do DPH: o patrimônio como questão da esfera municipal. 45 anos do DPH: Departamento do Patrimônio Histórico da Cidade de São Paulo 1975-2020. **Revista do Arquivo Municipal/Arquivo Histórico Municipal**, São Paulo, v.207, p. 1-353, 2021.

CENTRO de Educação Superior à Distância (CESAD). Universidade Federal de Sergipe. O Curso de Linguística Geral: As dicotomias saussurianas II. 2<sup>a</sup> edição. Sergipe: [s.n.], [s.d.]. Disponível em:

[https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalago/13130028042015Linguistica\\_Aula\\_6.pdf](https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalago/13130028042015Linguistica_Aula_6.pdf).

Acesso em: 01 set. 2024.

**CONHEÇA o DPH - Departamento do Patrimônio Histórico.** Prefeitura de São Paulo. Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa, 2022. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/patrimonio\\_histórico/index.php?p=332](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/patrimonio_histórico/index.php?p=332). Acesso em: 05 maio. 2024.

Departamento do Patrimônio Histórico. Biblioteca, Arquivo e Sistema de Gestão. São Paulo: Núcleo de Documentação e Pesquisa, 2017. 20 p. DIVISÃO de Valorização do Patrimônio - DVP. (2023). Relatório anual de trabalho 2023.

DUBOIS, P. **O ato fotográfico e outros ensaios.** Campinas: Papirus, 1994. (Ofício de arte e forma).

GOMES, Denise Pedroso. **O Departamento Municipal de Cultura de São Paulo (1935-1938):** políticas de criação de bibliotecas e democratização de leitura. 2008. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/10661/1/Denise%20Pedroso%20Gomes.pdf>. Acesso em: 05. mar. 2024.

HALL, Stuart. O papel da representação. In: HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Apicuri, 2016, p. 31-53. Disponível em: [https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/HALL\\_Cultura\\_e\\_Representa%C3%A7%C3%A3o\\_-\\_2016.pdf](https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/HALL_Cultura_e_Representa%C3%A7%C3%A3o_-_2016.pdf). Acesso em: 02 jul. 2024.

KOBASHI, Nair Yumiko. Análise Documentária e Representação da Informação. **INFORMARE** - Cad. Prog. Pós-Grad. Ci. Inf., Rio de Janeiro, v.2, n. 2. p. 5-27, jul/dez. 1996. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7615546/mod\\_resource/content/1/Artigo%20Kobashi%202.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7615546/mod_resource/content/1/Artigo%20Kobashi%202.pdf). Acesso em: 02 jul. 2024.

KOBASHI, Nair Yumiko. Resumos documentários: uma proposta metodológica. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 201–210, 1997. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/46172>. Acesso em: 07 jul. 2025.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos:** teoria e prática. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. Disponível em: <https://bibliotextos.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/07/livro-indexac3a7c3a3o-e-resumos-teoria-e-prc3altica-lancaster.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2024.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é Patrimônio Histórico.** São Paulo: Brasiliense, 2006. Coleção Primeiros passos.

LIMA, José Leonardo Oliveira; ALVARES, Lillian. Organização e representação da informação e do conhecimento. **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações.** São Paulo: B4 Editores, v. 248, p. 21-48, 2012. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/profile/Jose-Leonardo-Lima-2/publication/281969932\\_Organizacao\\_e\\_representacao\\_da\\_informacao\\_e\\_do\\_conhecimento/links/5600067308ae07629e522ad1/Organizacao-e-representacao-da-informacao-e-do-conhecimento.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Jose-Leonardo-Lima-2/publication/281969932_Organizacao_e_representacao_da_informacao_e_do_conhecimento/links/5600067308ae07629e522ad1/Organizacao-e-representacao-da-informacao-e-do-conhecimento.pdf). Acesso em: 02 jul. 2024.

MAIMONE, Giovana Deliberali; GRACIOSO, Luciana de Souza. Representação temática de imagens: perspectivas metodológicas. **Informação & Informação**, v. 12, n. 1, p. 130-141, 2007. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1760>. Acesso em: 29 jan. 2024.

MANINI, M. de P. **Análise documentária de fotografias:** um referencial de leitura de imagens fotográficas para fins documentários. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em:  
<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-23032007-111516/publico/Tese.pdf>. Acesso em: 29 out. 2024.

MUSEU DA CIDADE DE SÃO PAULO. **Quem somos** - MCSP, c2024. Sobre o museu. Disponível em: QUEM SOMOS – MCSP | Museu da Cidade de São Paulo. Acesso em: 05 mar. 2024.

NOVELLINO, María Salet Ferreira. Instrumentos e metodologias de representação da informação. **Informação & Informação**, v. 1, n. 2, p. 37-45, 1996. Disponível em:  
<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1603/1358>. Acesso em: 29 jan. 2024.

NÚCLEO de Gestão Documental do Departamento do Patrimônio Histórico. **Prefeitura de São Paulo**. Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa, 2024. Disponível em:  
[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/patrimonio\\_historico/servicos/index.php?p=35206](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/patrimonio_historico/servicos/index.php?p=35206). Acesso em: 24 jun, 2024.

OLIVEIRA, Lícia Mara Alves de. *et al.* Apresentação do DPH. 45 anos do DPH: Departamento do Patrimônio Histórico da Cidade de São Paulo 1975-2020. **Revista do Arquivo Municipal/Arquivo Histórico Municipal**, São Paulo, v.207, p. 1-3 53, 2021.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 1991. (Debates, 99). Disponível em:  
[https://exatas.ufpr.br/degraf\\_adrianavaz/wp-content/uploads/sites/17/2014/11/Iconografia-e-Iconologia\\_Significado-nas-artes-visuais.pdf](https://exatas.ufpr.br/degraf_adrianavaz/wp-content/uploads/sites/17/2014/11/Iconografia-e-Iconologia_Significado-nas-artes-visuais.pdf). Acesso em: 28 out. 2024.

PAVAN, Ana Paula; MUSSUPAPO, Jamile Salibe Ribeiro de Faria; SILVA, Roberto Pereira da. O Núcleo de Documentação e Pesquisa do DPH. 45 anos do DPH: Departamento do Patrimônio Histórico da Cidade de São Paulo 1975-2020. **Revista do Arquivo Municipal/Arquivo Histórico Municipal**, São Paulo, v.207, p. 1-353, 2021.

PEDROSA, Jaira Silva; HUBNER, Marcos Leandro Freitas; ANDRETTA, Pedro Ivo Silveira. A análise documentária de imagens fotográficas no jornal Diário da Amazônia: dificuldades e possibilidades. **Repositório - FEBAB**. 2019. Disponível em:  
<http://repositorio.febab.org.br/items/show/3232>. Acesso em: 01 set. 2024.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; FERREZ, Helena Dodd. **Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação**. Rio de Janeiro; Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), 2014.

RETROZ, S. R. O departamento do patrimônio histórico de São Paulo na administração de Luiza Erundina: questões conceituais. **Revista Sem Aspas**, Araraquara, v. 10, n. 00, 2021. DOI: 10.29373/sas.v10i00.15872. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/semaspas/article/view/15872>. Acesso em: 4 mar. 2024.

SÁ, Emilia Maria de. De programa turístico a projeto educacional: o histórico do Serviço Educativo da Divisão de Iconografia e Museus. 30 anos de DPH: Departamento do Patrimônio Histórico da Cidade de São Paulo. **Revista do Arquivo Municipal/Departamento do Patrimônio Histórico**, São Paulo, v. 204, n.1, p. 1-192, 2006.

SANTOS, Cibele Araújo Camargo Marques dos; JESUS, Eduardo de Abreu de; LUCA, João Ricardo de. A informação digital e os sistemas de organização do conhecimento. In: SEMINÁRIO FESPSP SÃO PAULO: A CIDADE E SEUS DESAFIOS, 2015, São Paulo. **Seminário**. São Paulo: /s.n./, 2015. p. 1-15.

SÃO PAULO. Decreto nº 58.207, de 24 de abril de 2018. Dispõe sobre a reorganização da Secretaria Municipal de Cultura, altera a denominação e a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica, bem como transfere cargos para o Quadro Específico de Cargos de Provimento em Comissão. São Paulo, SP: Diário Oficial, 2018. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/decretos/D58207.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2024.

SÃO PAULO. Decreto Nº 62.652, de 9 de agosto de 2023. Modifica parcialmente a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Cultura, bem como altera o Decreto nº 58.207, de 24 de abril de 2018, e a distribuição dos cargos em comissão da Secretaria Municipal de Cultura, nos termos do artigo 19 da Lei nº 17.708, de 3 de novembro de 2021. São Paulo, SP: Diário Oficial da Cidade, 2023. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-62652-de-9-de-agosto-de-2023#:~:text=Modifica%20parcialmente%20a%20estrutura%20organizacional,3%20de%20novembro%20de%202021>. Acesso em: 15 jul. 2024.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Cultura. **Inventário geral do patrimônio ambiental e cultural: metodologia**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1986. Coordenação de Leila Regina Diégoli, *et al.* Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/cultura/arquivos/IGEPAC-caderno1-metodologia.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2024.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O acervo fotográfico do Departamento do Patrimônio Histórico: processamento técnico e informatização**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992. 80p.

SHATFORD, S. Analyzing the subject of a picture: a theoretical approach. **Cataloging and Classification Quarterly**, v.5, n.3, p.39–61, 1986. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/261586510\\_Analyzing\\_the\\_Subject\\_of\\_a\\_Picture\\_A\\_Theoretical\\_Approach](https://www.researchgate.net/publication/261586510_Analyzing_the_Subject_of_a_Picture_A_Theoretical_Approach). Acesso em: 30 jan. 2024.

SMIT, J. W. **A representação da imagem.** Informare, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 28-36, jul./dez. 1996. Disponível em:  
[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5564686/mod\\_resource/content/1/smity2n2%20Inde xa%C3%A7%C3%A3o%20de%20fotografias%20%2812%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5564686/mod_resource/content/1/smity2n2%20Inde xa%C3%A7%C3%A3o%20de%20fotografias%20%2812%29.pdf). Acesso em: 31 out. 2024.

SMIT, Johanna. A análise da imagem: um primeiro plano. *In:* SMIT, Johanna *et al.* **Análise documentária:** a análise da síntese. Brasília: IBICT, 1987. p. 135.